

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

EDUARDA SARMENTO STEPHANOU

**O USO POLÍTICO DAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA
EXTERNA: O CASO DAS FAKE NEWS NO BRASIL**

Porto Alegre

2022

EDUARDA SARMENTO STEPHANOU

**O USO POLÍTICO DAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA
EXTERNA: O CASO DAS FAKE NEWS NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Stephanou, Eduarda Sarmiento
O USO POLÍTICO DAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS A
POLÍTICA EXTERNA: O CASO DAS FAKE NEWS NO BRASIL /
Eduarda Sarmiento Stephanou. -- 2022.
74 f.
Orientador: Henrique Carlos de Oliveira Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Opinião pública. 2. Fake news. 3. Redes sociais.
4. Política Externa. I. Castro, Henrique Carlos de
Oliveira, orient. II. Título.

EDUARDA SARMENTO STEPHANOU

**O USO POLÍTICO DAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA
EXTERNA: O CASO DAS FAKE NEWS NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de maio de 2022.

BRANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Fabiana Piccinin
UFSC

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, em especial à minha mãe e ao meu pai, Rosa e João, que nunca mediram esforços para me proporcionar as melhores condições, pessoais e acadêmicas, para ingressar na universidade e para que eu conseguisse concluir a minha graduação. Sempre me senti acolhida e amparada pelos dois e nunca vou esquecer deste amor incondicional, muito obrigada. Também gostaria de agradecer à minha dinda, Cláudia, que também esteve presente ao longo da minha trajetória, me apoiando em momentos difíceis e comemorando comigo as minhas conquistas.

Em segundo lugar, agradeço às minhas irmãs de coração, Laura e Greta, que me acompanham desde o princípio da minha trajetória acadêmica, me dando forças tanto para ingressar na universidade quanto para finalizar meu curso. Obrigada por todos os momentos, conselhos e palavras reconfortantes. Neste sentido, também gostaria de agradecer ao meu namorado, Mateus, que apesar de não me acompanhar desde o começo, foi crucial para esta reta final, sempre me apoiando e incentivando para enfrentar os novos desafios que a vida me apresentou ao longo deste caminho.

Aos meus colegas que seguiram essa trajetória comigo desde o primeiro dia de graduação, gostaria de salientar a importância que tiveram neste período da minha vida e espero poder conviver com vocês por muitos anos e em novos desafios, agora como colegas de profissão. Em especial, gostaria de agradecer à Victoria, por todos os momentos, companhia, parceria e amizade ao longo destes 5 anos e que encerramos, mais uma vez e como sempre, juntas.

Agradeço encarecidamente ao meu professor orientador, Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro, que acreditou na minha capacidade e me acompanhou no processo de elaboração deste trabalho, sempre com contribuições fundamentais e palavras de apoio. Por fim, agradeço a todos que me acolheram na UFRGS e que me proporcionaram a formação de qualidade e senso crítico frente aos acontecimentos mundiais. Saio da graduação com uma nova forma de encarar a vida e com a certeza que foi a melhor escolha que poderia fazer.

RESUMO

O advento da Internet e das redes sociais transformaram as relações humanas e, por consequência, a forma de se fazer política, tendo em vista a multiplicação dos canais e espaços de informação proporcionados pelas mídias digitais. Ao mesmo tempo, observa-se que a ampliação e dinamização do processo de disseminação de informações alcança patamares que beiram a desinformação social, devido a uma série de outros fatores que culminaram na emergência e popularização do fenômeno das *fake news* nos últimos anos, especialmente com conteúdos de cunho político. Este acontecimento tem demonstrado capacidade de influenciar de maneira significativa a opinião pública e, por isso, torna-se protagonista em estratégias políticas. Assim, tendo em vista estas mudanças, o presente trabalho busca verificar se o uso das redes sociais para o compartilhamento de *fake news* como ferramenta política é capaz de afetar as relações exteriores de um país, através do convencimento da opinião pública. Para isso, é analisado o cenário político brasileiro no período de 2018 a 2022, com o intuito de evidenciar os possíveis impactos das notícias falsas na formulação de política externa brasileira. Ademais, como objetivos secundários, procura-se compreender também o papel da opinião pública no processo de tomada de decisão política externa e como a evolução das tecnologias da informação tem modificado a sua formação - e, consequentemente, as decisões na esfera política - enfatizando as mudanças causadas pelo fenômeno das *fake news* neste processo.

Palavras-chave: Opinião pública. *Fake news*. Redes sociais. Política externa.

ABSTRACT

The advent of the Internet and social networks transformed human relations and, consequently, the way of doing politics, in view of the multiplication of channels and spaces of information provided by digital media. At the same time, it is observed that the expansion and dynamization of the information dissemination process reaches levels that border on social disinformation, due to a series of other factors that culminated in the emergence and popularization of the fake news phenomenon in recent years, especially with political content. This event has demonstrated the ability to significantly influence public opinion and, therefore, becomes a protagonist in political strategies. Thus, in view of these changes, the present essay seeks to verify whether the use of social networks to share fake news as a political tool is capable of affecting a country's foreign relations, through the convincing of public opinion. For this, the Brazilian political scenario in the period from 2018 to 2022 is analyzed, in order to verify the possible impacts of fake news in the formulation of Brazilian foreign policy. Furthermore, as secondary objectives, this research seeks to understand the role of public opinion in the foreign policy decision-making process and how the evolution of information technologies has modified its formation - and, consequently, decisions in the political sphere - emphasizing the changes caused by the phenomenon of fake news in this process.

Keywords: Public opinion. Fake news. Social networks. Foreign policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	POLÍTICA EXTERNA E OPINIÃO PÚBLICA	12
2.1	POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: ANÁLISE SOBRE AS PERSPECTIVAS DE POLÍTICA PÚBLICA CONFORME AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
2.2	TEORIA DOS JOGOS DE DOIS NÍVEIS: ANALOGIA AOS IMPACTOS DOS FATORES DOMÉSTICOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA	17
2.3	A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA	20
3	IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS NA POLÍTICA: MUDANÇAS NA COMUNICAÇÃO	28
3.1	A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES	28
3.2	A CRIAÇÃO E CONCEITUAÇÃO DE “REDES SOCIAIS” E SUAS MUDANÇAS NA COMUNICAÇÃO	34
3.3	O USO POLÍTICO DAS REDES SOCIAIS: EFEITOS DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	37
4	DISSEMINAÇÃO DE <i>FAKE NEWS</i> COMO FERRAMENTA POLÍTICA	43
4.1	A EMERGÊNCIA DO FENÔMENO DAS <i>FAKE NEWS</i> NO MEIO DIGITAL	43
4.2	O PAPEL DAS <i>FAKE NEWS</i> NA ESFERA POLÍTICA A PARTIR DO CONDICIONAMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA	49
4.3	O CASO BRASILEIRO	52
4.3.1	Breve Contextualização do Cenário Político Brasileiro	53
4.3.2	<i>Fake News</i> e Política Externa: eleições de 2018 e o governo de Jair Bolsonaro	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a evolução tecnológica avançou como nunca antes visto na história humana, o que tem causado mudanças significativas nas formas de comunicação e nas relações sociais. Os novos meios de comunicação apresentam uma nova maneira de se viver em sociedade e uma das consequências desta transformação é o aperfeiçoamento das formas de se fazer política, ao provocarem a complexificação das relações sociais e de poder, levando em consideração a ampliação dos canais de informação e as novas características estruturadas por eles. Essa mudança possui caráter estrutural e não está relacionada somente à disseminação de informações, visto que desde os seus primórdios a sociedade está centrada na troca de mensagens, mas também na remodelação da forma como ocorre essa disseminação de informações atualmente (CASTELLS, 2005). Hoje, as distâncias geográficas e temporais já não são mais barreiras limitadoras e intransponíveis para a difusão de informações, uma vez que a evolução tecnológica torna mais acessível e facilita o estabelecimento de contato entre pessoas de qualquer parte do mundo a qualquer momento. Neste sentido, as redes sociais ganham relevância no atual cenário mundial como fator para relativização do tempo e do espaço no âmbito da comunicação, tornando-a cada vez mais dinâmica e fluída. Isso têm contribuído para o próprio processo de globalização política e econômica que vem ocorrendo nas últimas décadas, aproximando indivíduos e nações de forma incomparável aos períodos anteriores (VALENTE, 2019).

Essa nova maneira de se comunicar com os demais impacta diretamente na forma que se apresentam as relações políticas, uma vez que as redes sociais proporcionam a criação e extensão de um novo espaço de se fazer política, permitindo a amplificação da visão e conhecimento da sociedade sobre a área, a partir do compartilhamento descentralizado de informações de conteúdos políticos. Deve-se levar em consideração que, com as redes sociais, a disseminação de informações intensifica a capacidade de influenciar indivíduos quanto a temas políticos, por conseguir moldar a perspectiva e opinião coletiva sobre determinado assunto ou situação. Salienta-se que a influência que a opinião pública vem ganhando na formação de decisões políticas nos últimos anos. Por isso, o compartilhamento de informações via redes sociais vêm se tornando uma forma de poder, tendo em vista que aquele que detém a posse das informações e consegue manejar o modo que elas são disseminadas, se torna poderoso. Assim, altera-se também como pode-se agir no jogo político e conseqüentemente na dinâmica das relações de poder estabelecidas anteriormente. Desta forma, observa-se a tendência de instrumentalização das redes sociais, as quais se convertem

em uma ferramenta importante no processo de dominação política - seja para legitimar um governante no poder, fomentar a insurgência de determinada classe ou minoria etc. (OLIVEIRA, 2010).

Como dito anteriormente, a opinião pública, no que lhe concerne, vem se destacando ao afetar as formulações políticas recentemente. Observa-se que a evolução dos meios de comunicação e a popularização das redes sociais, neste sentido, permitiram um maior conhecimento sobre o ambiente político e a ampliação do acesso a informações políticas a uma parcela maior da população, culminando, de certa forma e em certo grau, no aumento da participação política da sociedade contemporânea (BRAUN, 2012). Assim, a Internet e as redes sociais são vistas como novos mecanismos de participação social ativa em assuntos políticos. Neste trabalho, em específico, busca-se compreender como este novo espaço comunicacional proporcionado pelas redes sociais pode impactar na formulação e tomada de decisão de política externa, tendo em vista justamente esta maior participação da opinião pública neste processo.

Diante desse atual contexto social e digital, será analisado no presente trabalho um fenômeno em particular que é fomentado no cenário descrito, a disseminação de *fake news*. Este fenômeno emerge no meio virtual como consequência, dentre uma série de outros fatores, mas principalmente da veiculação desenfreada de informações devido à popularização das redes sociais, o que culmina na dificuldade de verificação da veracidade das notícias e conteúdos compartilhados (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). As notícias falsas, por sua vez, tornam-se poderosos instrumentos comunicacionais, conseguindo tornar informações enviesadas que não condizem com a realidade em conteúdos legítimos aos olhos de grande parte da população, ao ponto de serem capazes de intervir no jogo político ao influenciar os pensamentos e decisões de uma sociedade - destaca-se que este fenômeno não ocorre somente no âmbito político, mas para o escopo deste trabalho serão tratadas exclusivamente sobre esta área. Deste modo, atentando-se ao cenário destacado nos parágrafos acima, a escalada da disseminação das chamadas *fake news* no meio virtual tem sido uma via utilizada por diversos agentes para atingirem seus objetivos políticos (ALMEIDA, 2018; CARDOSO, 2019).

Por conseguinte, tendo em vista a contemporaneidade destas mudanças e a fim de que seja possível analisar como o avanço das novas tecnologias da comunicação, principalmente com a popularização das relações sociais, vem alterando as percepções individuais para formação da opinião pública, o presente trabalho busca identificar se o uso das redes sociais para disseminação de notícias falsas, em particular as de cunho político, pode ser instrumentalizada politicamente com o intuito de influenciar a opinião pública como forma de

manipulação para formulação de política externa. Ressalta-se aqui, como bem apontado pela pesquisadora Tatiana Dourado (2020, p. 2), que “[...] estudar a centralidade que *fake news* alcançam na esfera pública política é entendê-las a partir da interação e imbricação de nuances tecnológicas, informativas e políticas”. Como objetivos secundários, será abordado como as evoluções tecnológicas na área da comunicação têm impactado e remodelado as relações de poder ao serem capazes de influenciar a opinião pública, principalmente com o advento das redes sociais digitais, e, por tanto, como esses avanços alteram o modo de fazer política, tanto nacional quanto internacionalmente. Também será desenvolvida a relação de interferência entre formulação de política externa e a opinião pública, a partir da análise da percepção dos dois conceitos e retomada teórica sobre cada um dos temas, aprofundando o debate sobre como opinião pública e política externa se relacionam e como eles podem se influenciar mutuamente. Adicionalmente, busca-se também evidenciar o aumento da capacidade de influência da opinião pública na formulação de política externa, atentando-se ao contexto da evolução tecnológica atual.

A escolha do tema de pesquisa está fundamentada nas mudanças tecnológicas observadas na Era da Informação que afetam diretamente as formas de comunicação e as relações humanas e sociais. Desta forma, ao levar-se em consideração estes avanços comunicacionais que impactaram e impactam a sociedade contemporânea, notam-se importantes modificações na dinâmica de poder entre indivíduos e esferas, culminando em mudanças consideráveis no processo de tomada de decisão política. Contudo, muitos estudos de Relações Internacionais frequentemente não levam em consideração a evolução das tecnologias da comunicação e como estes fatores podem alterar a forma de fazer política, acarretando em análises limitadas e incondizentes com a realidade atual das relações de poder. Dessarte, neste trabalho defende-se que é imprescindível nas Relações Internacionais que se observe o avanço dos meios de comunicação e quais os efeitos deste processo nas formas de fazer política, tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito internacional. A partir deste trabalho, será possível avaliar se a evolução das tecnologias da informação influencia e altera as relações políticas, enfatizando a relevância do fenômeno das *fake news* na alteração da percepção individual e, por conseguinte, na formação da opinião pública.

Com o intuito de compreender como o fenômeno das redes sociais impacta o ambiente político, busca-se utilizar neste trabalho uma avaliação qualitativa das variáveis consideradas, uma vez que será necessário privilegiar a importância das particularidades do fenômeno social, interpretando o significado das práticas humanas para que seja possível o entendimento desse fenômeno específico nesse determinado contexto. Será realizada uma abordagem

histórica e analítica sobre os processos de comunicação de disseminação de informações, a fim de que seja possível compreender se a evolução das ferramentas de comunicação digital afeta as relações sociais e, por conseguinte, como este processo como um todo interfere nas relações de poder e decisões políticas, dando ênfase ao fenômeno das *fake news* compartilhadas digitalmente. No que se refere à análise e à explicação das relações de poder dentro do sistema internacional, serão atribuídas as percepções de correntes teóricas pós-positivistas para abordagem do tema, em especial a de ordem construtivista, ao encarar que os atores do sistema internacional não podem mais serem reduzidos apenas às entidades estatais, destacando a capacidade da opinião pública e de outras agências de influenciarem e modificarem as relações internacionais.

Assim, o presente trabalho está estruturado em três principais capítulos, com a exceção da introdução e das considerações finais, com o objetivo de que seja compreendido e evidenciado o papel das redes sociais nas relações políticas atuais - sobretudo ao demonstrar os impactos das *fake news* no processo de tomada de decisão de política externa -, comprovando capacidade destas de influenciarem a formação da opinião pública e, com isso, se tornarem poderosas ferramentas de dominação política. Para tanto, no primeiro capítulo será realizada uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de política externa e opinião pública, sob a perspectiva das principais teorias e correntes de Relações Internacionais, de forma a ser possível a compreensão da relação mútua e dialética entre os dois conceitos, ressaltando tanto a importância e o papel que a opinião pública vem exercendo na formulação de política externa, quanto como a função que a política externa pode assumir como forma de manipulação da opinião pública nacional. Foram discutidas as percepções de diferentes correntes teóricas sobre o tema, como o Consenso de Almond-Lippman e as ondas revisionistas subsequentes (HOLSTI, 2012), buscando a melhor maneira para elucidar e responder a questão proposta neste trabalho. Ainda, a fim de fundamentar o debate deste capítulo, será desenvolvida tese de interferência das ações tomadas no âmbito político nacional e internacional - e vice-versa -, através do renomado estudo de Robert Putnam (2012) sobre a Teoria dos Jogos de Dois Níveis, como forma de comprovar e endossar a relação entre os dois conceitos abordados.

No segundo capítulo, por sua vez, será desenvolvida uma análise sobre as mudanças nos meios de comunicação até a popularização das redes sociais digitais, a partir de uma retomada histórica da evolução das tecnologias da informação e a veiculação de notícias ao longo dos anos. Em seguida, é definida a caracterização do termo redes sociais após extensa retomada teórica, evidenciando a transformação que elas provocaram e provocam nas relações

sociais. também serão avaliados os impactos das redes sociais em si na maneira de se fazer política, destacando como estas possuem a capacidade de influenciar a opinião pública e vem se tornado o principal meio de obtenção de informações entre os usuários. Por fim, ainda neste capítulo, é evidenciado o uso das redes sociais como ferramenta política, salientando seus efeitos na formação da opinião pública sobre o tema.

Por último, no terceiro capítulo será enfatizado o surgimento e os impactos do fenômeno das *fake news* na nova era digital, disseminadas principalmente via redes sociais. Neste capítulo será apresentada a emergência deste processo no meio virtual, buscando as principais definições e percepções sobre o conceito. Também será salientado o papel das notícias falsas nas esferas de formulação da política nacional e da internacional, a partir do condicionamento e interferência na opinião pública com base no compartilhamento de *fake news*. Ainda, para finalizar este capítulo, com o intuito de melhor elucidar o que foi discutido teoricamente ao longo deste trabalho, será exposto um estudo de caso analisando o cenário político doméstico brasileiro. Este estudo tem como objetivo verificar se a disseminação desenfreada de notícias falsas em redes sociais no âmbito político nacional, em particular durante o período da campanha presidencial e mandato do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, pode ter gerado impactos na formulação e execução da política externa do país, através da manipulação da formação da opinião pública.

2 POLÍTICA EXTERNA E OPINIÃO PÚBLICA

As questões sobre política externa frequentemente são postas sob uma perspectiva estatal, distanciando-se de sua face doméstica no processo de formulação das suas diretrizes. Na mesma direção, as tradicionais teorias de Relações Internacionais contribuem para este afastamento, a partir do viés estadocêntrico e ao se basearem na imagem de um Estado homogêneo que, em última instância, preza por seu interesse nacional maior de sobrevivência no sistema internacional, sem avaliar propriamente os fatores domésticos e seus desdobramentos que influenciam na formulação da política externa. No entanto, pode-se observar a política externa como uma poderosa ferramenta de manipulação para política nacional e que deriva de uma série de fatores domésticos que condicionam o processo de formulação política. O afastamento destes fatores quando se analisa a elaboração e execução da política externa culmina em avaliações equivocadas e generalizadas que não condizem com a realidade observada atualmente (FARIA, 2008).

Assim, nota-se a importância de considerar fatores domésticos na formação de política externa, por exemplo, ao verificar-se a utilização dela, por governantes, com o intuito de agradar seu eleitorado e angariar votos, como forma de se consolidar no cargo de poder. Nesta mesma lógica, porém sob outra perspectiva, cada vez mais os governantes contam com o apoio da opinião pública de maneira a legitimar a formulação e execução de política externa. Desta forma, observa-se uma relação mútua de perturbação entre ambos os conceitos. Tendo em vista estas considerações, o presente capítulo tem como objetivo argumentar e defender a inter-relação entre os dois conceitos, ao evidenciar a necessidade de análise de fatores internos na formulação de política externa, mais especificamente, de forma a expor a relação de interferência mútua entre política externa e opinião pública.

Com o intuito de melhor elucidar esta cadeia de pensamentos, esta primeira seção está dividida da seguinte maneira: na primeira subseção, defende-se a visão de que a política externa não passa de uma política pública, ou seja, formulada de acordo com os interesses nacionais e fruto de disputas políticas internas, o que condiciona a maneira que determinado governante elabora e executa a política externa, ao avaliar seu valor estratégico no meio político. Ao encontro do que é argumentado, será abordado oportunamente na segunda subseção, o renomado estudo de Robert Putnam (2010) sobre a Teoria dos Jogo de Dois Níveis, a fim de melhor fundamentar e embasar a ligação entre o ambiente político nacional e internacional, ressaltando a importância de fatores domésticos - como a formação da opinião pública - para tomada de decisão de política externa. Por fim, nas subseções posteriores, será

exposta a relação dialética que a opinião pública e a política externa estão envolvidas, no que diz respeito tanto aos impactos da opinião pública na formulação de política externa, quanto na possibilidade de instrumentalização da política externa, tornando-a uma poderosa ferramenta de persuasão e de manipulação da opinião pública no ambiente doméstico.

2.1 POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: ANÁLISE SOBRE AS PERSPECTIVAS DE POLÍTICA PÚBLICA CONFORME AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O estudo da política externa em matéria de Relações Internacionais está consolidado no que é conhecido como Análise de Política Externa (APE), caracterizada mais especificamente como o estudo das ações internacionais de unidades particulares, isto é, “[...] tem como objeto o estudo da política externa de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas.” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 40). Desta maneira, entende-se que a formulação de política externa é encarada de diferentes formas, de acordo com cada teoria e variando conforme os fatores e as variáveis que cada abordagem considera relevante para a análise. No entanto, o tema de política externa sob a perspectiva de fatores domésticos ainda é pouco estudado quando comparado aos demais assuntos relacionados às Relações Internacionais, tendo em vista que algumas teorias tradicionais, por vezes, elaboram padrões genéricos que, apesar de facilitarem as construções teóricas, possuem certa superficialidade que permite apenas uma análise rasa e insatisfatória do processo de formulação de política externa e como esta influência no jogo político internacional (FARIA, 2008).

Pode-se citar, por exemplo, sob a teoria realista de Relações Internacionais, fundamentada por autores como Hans Morgenthau, Edward Carr e Robert Gilpin, segundo a qual a política externa deve ser elaborada de forma racional para que seja possível priorizar a maximização dos interesses do Estado, e, por isso, deve-se desconsiderar os fatores domésticos que a compõe e como estes se relacionam com o ambiente internacional. Conforme esta perspectiva, o chefe de Estado e seu representante devem manter centralizado o processo de decisão de política externa, para que este não seja afetado por variações políticas do ambiente nacional, considerando o interesse nacional como um conceito homogêneo. A teoria realista ganha notoriedade na década de 1960, após um longo período de guerras mundiais, em que o avanço do poderio bélico, especialmente nuclear, se torna um tema de combate prioritário e os chefes de Estado abordam questões de segurança e

capacidade militar nos debates internacionais, modelando a política externa de maneira a conter e evitar grandes conflitos bélicos (FIGUEIRA, 2011).

Posteriormente, com o avanço do processo de globalização protagonizado pelas revoluções tecnológicas e dos meios de comunicação, em conjunto com a tendência econômica de abertura e integração gradual dos mercados estrangeiros, liderada principalmente por interesses estadunidenses e europeus de expansão do capitalismo, destaca-se, por sua vez, a teoria liberal de Relações Internacionais. Encabeçada por autores como Joseph Nye e Robert Keohane (1977), o liberalismo encara a formulação de política externa como uma das principais ferramentas de política internacional para a manutenção da paz mundial, tendo em vista o contexto de Guerra Fria e a iminência constante de conflito nuclear sem precedentes. Desta maneira, a política externa se torna um instrumento poderoso para o alcance do chamado “bem-estar global”, que exigia o desenvolvimento econômico conjunto das nações - baseando-se na hipótese de interdependência entre Estados (FIGUEIRA, 2011). Ademais, o surgimento de diversos atores internacionais não-estatais, - como organizações internacionais, ONGs, empresas transnacionais, grupos autônomos, etc. - e a conseqüente descentralização do poder decisório também passam a ser considerados nesta abordagem, acarretando a perda da visão exclusivamente estadocêntrica da teoria realista na APE (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

Aqui, faz-se necessário pontuar que ainda persiste a divisão analítica entre a esfera política nacional e internacional, definidas como “*low politics*” e “*high politics*”, respectivamente. Isto é, o estudo das relações entre Estados ainda é encarado como mais importante quando comparado ao estudo das relações internas ao Estado. Esta hierarquia é fundamentada, pelos realistas, devido à primazia das questões abordadas no âmbito internacional - sobretudo de segurança e sobrevivência estatal - com relação às questões relativas aos conflitos domésticos (LIMA, 2000). No entanto, vem se tornando cada vez mais difícil ter uma clara distinção do que seria *low* ou *high politics*, uma vez que assuntos antes considerados estritamente domésticos, como questões do sistema de saúde ou de educação, passam a ser encarados como extremamente estratégicos para expansão da influência regional - e, até mesmo, global (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Não obstante, é desenvolvida por Keohane e Nye uma hierarquia analítica para avaliação de capacidades, dividida entre fatores que englobam o que hoje é conhecido como “*hard power*” e “*soft power*” dentro dos estudos de Relações Internacionais. Nesta lógica, o primeiro grupo analítico engloba assuntos ligados ao poder bélico e questões de segurança, enquanto o segundo abarca temas ligados a questões sociais, culturais e econômicas

(KEOHANE; NYE, 1998). No entanto, também é importante salientar que se passa a observar maior importância com relação aos impactos da opinião pública e da transparência do processo de tomada de decisão e formulação de política externa, visto que o sistema democrático foi eleito como o melhor modelo político para alcançar os objetivos pregados pela teoria liberal (FIGUEIRA, 2011).

Contudo, com o avanço da complexidade das relações entre agentes internacionais, as teorias tradicionais se tornam cada vez mais ineficientes para a leitura da realidade do sistema internacional. Assim, são desenvolvidas novas abordagens de análise, conhecidas como teorias pós-positivistas, que levam em consideração a multiplicidade de atores internacionais e suas posturas, deixando de lado a perspectiva racional que menosprezava os estudos domésticos. Aqui, passa-se a verificar a necessidade de avaliação no nível sociológico e cultural, sem grandes generalizações. As dinâmicas no sistema internacional e dentro das unidades estatais são vistas de forma crítica, avaliando-se relações de dominância e dependência e quais são os fatores históricos e culturais que culminaram nesta dinâmica desigual. A política externa, por sua vez, é apresentada como uma ferramenta de representação de demandas domésticas e, muitas vezes, de reivindicações para promoção da igualdade econômica e social. Destacam-se autores como Harold e Margaret Sprout (1965)¹ que se dedicaram à análise do ser humano sociologicamente e como este interfere no processo de tomada de decisão política.

Justamente devido ao processo de complexificação relações no sistema internacional, com a multiplicidade de agentes e descentralização do poder decisório, muitos autores retomam a crítica à concepção deficiente das teorias tradicionais de Relações Internacionais sobre a formulação de política externa, antes isolada e sem englobar as demais demandas políticas domésticas. Assim, pode-se afirmar que a formulação de política externa passa a adquirir cada vez o caráter de pluralidade de atores domésticos, e, além disso, cabe ressaltar que essa mudança se torna fundamental identificar as diferenças de recursos e poder que cada agente possui, conforme sua capacidade de influenciar este processo de formulação (LIMA, 2000).

Milani e Pinheiro (2013), também em crítica à teoria realista, negam a ideia da homogeneização do Estado com agente racional e monolítico no sistema internacional, sendo esta abordagem insuficiente ao desconsiderar as demandas internas, classe sociais e políticas, interesses e grupo econômicos, entre outros fatores conflitantes no âmbito doméstico até que

¹ SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. *The Ecological Perspective on Human Affairs with Special Reference to International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1965.

seja elaborado um "consenso político" via mediação governamental. Para eles, a capacidade de análise do que se pode chamar de nova política externa evoluiu ao englobar questões domésticas na avaliação de como se dá o processo de tomada de decisão e de formulação de política externa. Ao encontro do que será argumentado por Robert Putnam (2010) - e que será abordado na próxima subseção - os autores reafirmam a coligação entre o ambiente político nacional e internacional, sendo a política externa uma maneira de um Estado refletir a sua política doméstica na esfera internacional. Destaca-se que isto não significa que a formulação da política externa não é influenciada por demais atores - como empresas, grupos de interesse, classes sociais, ONGs etc. -, mas que é uma responsabilidade do Estado elaborá-la e executá-la.

A partir desta trajetória sobre a APE sob a perspectiva das teorias de Relações Internacionais, é possível verificar que a política externa é uma conjunção de fatores nacionais e internacionais, mas que é formada especialmente por demandas domésticas que são refletidas no plano internacional. Assim, pode-se relacionar a política externa no que abrange o conceito de política pública. Conforme o mapeamento bibliográfico realizado por Celina Souza (2002), baseando-se em autores clássicos como Lasswell (1936)², Peters (1986)³ e Mead (1995)⁴, mesmo que não exista um consenso quanto ao significado de política pública, ela pode ser considerada uma política governamental que afeta todos os cidadãos de um determinado território onde ela contempla.

Aqui, destaca-se de forma oportuna os estudos de Lasswell (1936 *apud* SOUZA, 2002) nos quais o autor afirma que as decisões e as análises de política pública devem responder às seguintes questões: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz”, isto é, uma política pública deve atender a estes três motivos ao ser formulada. Esse modelo também é aplicável à política externa, que também é pensada e elaborada desta maneira. Ainda, ao refletir de forma crítica sobre as três questões apresentadas acima, pode-se pensar na possibilidade de instrumentalização de uma política pública de acordo com os benefícios advindos da satisfação daqueles que são contemplados por ela, de forma que estas vantagens sejam refletidas nas figuras dos seus formuladores. Como defendido neste trabalho, política externa como uma política pública também tem capacidade de se tornar uma ferramenta política, como as demais políticas públicas, quando conduzidas com o intuito de concretizar os interesses de determinado grupo político no poder.

² LASWELL, Harold Dwight. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books, 1936.

³ PETERS, Brainard Guy. *American Public Policy*. Chatham, N.J. : Chatham House Publishers, 1986.

⁴ MEAD, Lawrence. *Public Policy: Vision, Potential, Limits*. Nova York: Policy Currents, Feb. 1995.

A definição de política externa segundo o Dicionário da *Cambridge University Press*, é classificada como “a política de um governo ao lidar com outros países, por exemplo, em questões relacionadas ao comércio ou defesa” (2021, tradução nossa). Deste modo, é possível afirmar que a política externa nada mais é que uma política governamental formulada para atuação internacional, de modo a afetar todos os cidadãos de uma determinada nação. Assim como qualquer outra política, a política externa é formulada de modo a facilitar a concretização dos interesses do país no âmbito internacional, de forma a utilizar-se das ferramentas e vantagens que as dinâmicas de poder internacional proporcionam - como uso de constrangimentos políticos e econômicos, coalizões ou poder de barganha. Contudo, é importante ressaltar que a política externa transborda o significado de política pública, devido ao fato de poder ser aplicada além das fronteiras nacionais para atingir seus objetivos domésticos (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

Para o renomado diplomata brasileiro e ex-ministro das relações exteriores, Celso Amorim, a “[...] política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas” (AMORIM, 2010). Outros autores também argumentam que deve ser considerada como uma política pública, isto é, que afeta todos os indivíduos contemplados no país em questão. Como bem pontuado por Pierre Milza (2003), em sua obra *Política interna e política externa*, “[...] elementos que pertencem em princípio à esfera das relações internacionais podem determinar a conduta e as inflexões da política interna.” (MILZA, 2003, p. 387), em outras palavras, não há separação de natureza entre o que é externo e o que é interno, porém as relações que eles produzem culminam na percepção de que ações tomadas na política externa possuem um aspecto de política interna.

Ao levar em consideração o cenário brasileiro, pesquisadores afirmam que há um fenômeno de insulamento burocrático que afasta a noção de política pública da política externa. Além da noção de prestígio e *status* que se agregou historicamente às atividades relacionadas ao Itamaraty, esta dissociação da formulação de política externa com fatores nacionais também reside na significativa centralização do poder, fruto da autonomia relegada ao órgão (MILANI; PINHEIRO, 2013). No entanto, destaca-se que, ao analisar a distribuição de tarefas, capacidades e responsabilidades dos ministérios, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) está equiparado aos demais ministérios brasileiros (SOUZA, 2020). Ainda, é importante salientar que este trabalho não tem como objetivo questionar o grau de autonomia concedido ao MRE, pelo contrário, é de extrema relevância que haja esta independência decisória como forma de barrar variações políticas bruscas e intervenção direta nas diretrizes da política externa. Contudo, pode-se dizer que esta característica de maior

autonomia no poder decisório culminou para o afastamento do cotidiano político dos brasileiros.

2.2 TEORIA DOS JOGOS DE DOIS NÍVEIS: ANALOGIA AOS IMPACTOS DOS FATORES DOMÉSTICOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA

A fim de fundamentar a argumentação desenvolvida até aqui, em termos gerais, de que a forma que é conduzida a política nacional pode impactar nas relações exteriores do país em questão e, de maneira oportuna, cita-se o estudo de Robert Putnam, intitulado *Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of the Two-Level Games* e publicado originalmente em 1988, sobre a interferência mútua das ações políticas tomadas nas esferas nacional e internacional. Putnam é um importante cientista político contemporâneo, que se dedicou, entre outros temas, à análise da relação entre a política realizada no âmbito doméstico e a realizada no âmbito internacional. Para elucidar melhor como ambas se relacionam e interseccionam, o autor faz uma analogia à dinâmica de um jogo de dois tabuleiros, em que os representantes nacionais estariam presentes em ambos os níveis, sendo eles os responsáveis por representar os interesses internos na esfera internacional e trazer propostas externas para serem avaliadas nacionalmente. Apesar de cada um destes tabuleiros possuírem aspectos próprios, ambos fazem parte do sistema político cada vez mais integrado e interdependente, com o avanço da globalização e evolução dos meios de comunicação, sendo possível verificar impactos das ações tomadas em um no outro nível e vice-versa.

Conforme o autor, teorias que enfatizam o Estado como agente único no Sistema Internacional seriam insuficientes para a análise da realidade do processo de decisão política, uma vez que estas abordagens desconsideram variáveis domésticas fundamentais que impactam direta e indiretamente às relações externas. Pode-se mencionar, como uma situação exemplar, a necessidade que os países têm de validação de normas acordadas internacionalmente no seu sistema político doméstico, sendo necessária a aprovação nos níveis legislativos, negociações internas e burocracias específicas no âmbito nacional para que se possa aderir ao que foi discutido na esfera internacional. Segundo Putnam (2010, p. 153) “[...] tanto, o requisito de que qualquer acordo no nível I precisa ser, ao final, ratificado no nível II impõe uma ligação teórica crucial entre os dois níveis.”. Ainda, salienta-se que a interferência contrária também é evidenciada, uma vez que as pressões internacionais podem acelerar ou até mesmo desencadear processos políticos nacionais, via intervenção externa, por exemplo. Esta indiferenciação entre os dois níveis também se aplica nas novas dinâmicas de

poder, como por exemplo, nos dilemas de cooperação e interdependência internacionais, que culminam na necessidade de um processo similar nos parâmetros nacionais de cada país (LIMA, 2000).

Com o intuito de consolidar sua tese e enfatizando os impactos de ações políticas nacionais na política externa, Putnam cita três estudos que evidenciam essa relação de intersecção e interdependência entre os dois níveis. O primeiro deles é a definição de “*linkage politics*” de James Rosenau (1969), que elabora este conceito para demonstrar este vínculo entre as duas esferas mencionadas. Em segundo, Putnam aponta os estudos de Karl Deutsch (1957) e Ernst Haas (1958) sobre integração regional e o conceito de transbordamento político, isto é, a consolidação de estruturas institucionais, econômicas e políticas entre países e fora das fronteiras nacionais. Mais uma vez reforça-se a ideia de que as políticas nacionais são capazes de alterar e impactar a dinâmica política internacional. Ainda, em terceiro lugar, destaca-se o estudo de Gourevitch (1978), que salienta a importância do papel do governante e da coalização que ele é capaz de formar nacionalmente na tomada de decisão de política externa. Aqui, oportunamente, é evidenciada a relevância de determinantes domésticos na formulação de política internacional, além dos agentes tradicionais citados anteriormente - como o chefe do Executivo ou o Parlamento em si -, mas também agentes como as classes políticas, grupos de interesse e a opinião pública. Ressalta-se também que

Se o termo “Estado” é para ser usado como “tomadores centrais de decisões”, deveríamos tratá-lo como substantivo plural: não “o Estado, ele”, mas sim “o Estado, eles”. Os poderes executivos centrais têm um papel especial na mediação das pressões domésticas e internacionais exatamente porque estão diretamente expostos a ambas as esferas e não porque sejam unificados em todas as questões ou porque estejam insulados em relação à política doméstica. (PUTNAM, 2010, p. 151).

Após a análise desta relação de impactos mútuos entre os dois âmbitos políticos, é possível verificar a significativa importância do papel desempenhado pelo líder político de determinado país ao formular as diretrizes da política externa a ser seguida. Também se percebe que este líder político precisa da força e apoio dos principais agentes domésticos para conseguir perseguir os interesses nacionais no âmbito das relações internacionais. Neste sentido, de forma a verificar como as ações de um chefe de Estado são impulsionadas pensando em estratégias nacionais, é pertinente citar o que o autor considera as três principais motivações para o “negociador-chefe” no jogo de dois níveis. A primeira delas seria “[...] a necessidade de fortalecer sua posição no jogo do nível II por meio do aumento de seus recursos políticos ou por meio da minimização das perdas potenciais.” (PUTNAM, 2010, p.

167) no âmbito nacional. Dessarte, a percepção dos benefícios da política externa por parte dos agentes domésticos é refletida em uma maneira de aumentar o apoio nacional ao negociador-chefe. Já a segunda motivação seria a tentativa de “[...] mudar o equilíbrio de poder no nível II em favor de políticas domésticas que prefere por motivos exógenos [...]” (PUTNAM, 2010, p. 168). Assim, seria possível a modificação de políticas nacionais a partir de pressões externas, o que pode ser utilizado quando o líder não possui apoio doméstico para concretizar algumas políticas e interesses. Por fim, a terceira motivação seria "perseguir sua própria concepção do interesse nacional no contexto internacional” (PUTNAM, 2010, p. 168), o que também pode se tornar uma ferramenta política com o intuito de agir de forma a agradar sua base eleitoral.

A partir da fundamentação teórica exposta, pode-se perceber que há certa relação dialética entre política externa e opinião pública, uma vez que, em alguns casos, a política externa se torna uma arma eleitoral poderosa, usada e fundamentada como ferramenta política para agradar e satisfazer as demandas das classes domésticas mais influentes. Na mesma medida, a opinião pública é um fator condicionante ao chefe de Estado ao elaborar as diretrizes de política externa de seu governo conforme demandas internas. Para este trabalho, por sua vez, esta relação complexa e dinâmica de interferência mútua ajuda a compreender se é possível a manipulação da opinião pública, através da disseminação de *fake news*, trazer consequências para as relações exteriores, visto que tanto a política externa quanto a opinião pública podem ser considerados fatores vulneráveis à manipulação do chefe de Estado, em tentativa de defender sua permanência no poder. Por conseguinte, as próximas subseções darão continuidade à exposição desta relação de interveniência, em que primeiro será exposta a capacidade de influência da opinião pública na formulação de política externa e, em seguida, será apresentada a formulação de política externa como forma de manipulação da opinião pública.

2.3 A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA

Atualmente, os estudos de política externa e opinião pública se concentram principalmente na academia estadunidense. Segundo Faria (2008), a avaliação da formação da opinião pública e seus impactos na tomada de decisão de política externa é ainda uma subárea nas Relações Internacionais. Em congruência ao que é argumentado ao longo deste trabalho, o estudo sobre formulação de política externa ainda é incipiente, sobretudo em países não desenvolvidos, que ainda desconsideram agentes importantes e fatores que impactam a

tomada de decisão em política externa, como a influência da opinião pública, ao se fundamentarem nas teorias consideradas *mainstream* da área de Relações Internacionais. Portanto, esta subseção tem como objetivo evidenciar relação mútua que a opinião pública e a formação de política externa possuem, isto é, tanto a importância da análise dos interesses domésticos, em especial a opinião pública, no rumo da política externa, quanto como a tomada de decisão para política externa por parte de determinado governante pode se tornar uma arma política no âmbito nacional, principalmente em sistemas democráticos, quando se trata da manipulação da opinião pública (FARIA, 2008).

Para significar o conceito de opinião pública, primeiro é necessário pressupor a existência de uma sociedade além daquela regida única e exclusivamente pelo agente estatal, que seja livre e articulada, com espaços onde seja permitido a emergência e consolidação de opiniões não individuais, formadas por um corpo coletivo (RUIVO, 2015). Para Lucas Braun (2012, p. 115, tradução nossa), a opinião pública é definida como o “[...] agregado de opiniões dominantes dentro de uma sociedade, comunicadas na esfera pública.”. Segundo o autor, a organização da sociedade está diretamente ligada ao processo de formação da opinião pública, ao pressupor que os indivíduos se aproximam conforme o compartilhamento de informações e aceitação de ideias, criando laços sociais. Sonia Acioli (2007) corrobora com esta perspectiva, ao afirmar que as instituições da sociedade também são formadas através das redes de informação e interações sociais, sendo o compartilhamento de ideias fundamental para a formação de acordos sociais.

O estudo sobre opinião pública e Relações Internacionais ainda é preambular, sobretudo ao comparar com o volume de material e bibliografia das demais subáreas. Como discutido na primeira subseção, um dos fatores que resultaram esta carência é a desconsideração por parte da teoria realista de Relações Internacionais quanto à relevância da opinião pública ao analisar o processo de tomada de decisão política. O realismo, segundo Morgenthau (1985)⁵, encara a opinião pública como um fator que constrange a busca por poder no sistema internacional, no sentido de que, nem sempre a opinião pública culminará na defesa dos interesses de sobrevivência do Estado e, desta forma, não é ponderada com tamanha relevância. No entanto, de encontro a esta perspectiva realista, a opinião pública sob a abordagem liberal ganha outro sentido, salientando a importância do elemento democrático nas Relações Internacionais e, assim, da participação da opinião pública no processo de formulação política. Esta visão é difundida principalmente com a ascensão de Woodrow Wilson à presidência estadunidense, de 1913 a 1921, ao buscar o apoio da opinião pública

⁵ MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations: The struggle for peace and power*. New York: Knopf, 1985.

para a ação internacional dos Estados Unidos. Desta maneira, a corrente liberal preza que "o Estado deve ser constringido e limitado pela sua responsabilidade democrática em relação aos cidadãos, que devem ter sua liberdade individual respeitada acima de tudo" (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 1999⁶, *apud* ALBANUS, 2018, p. 18).

Tendo em vista o objetivo deste trabalho de evidenciar se a disseminação de *fake news* via redes sociais por parte de um governo pode se configurar em uma ferramenta de manipulação para influenciar a opinião pública - mais especificamente ao gerar consequências para a política externa do país em questão -, cita-se nesta subseção a obra de um dos mais renomados pesquisadores sobre opinião pública e política externa, o estadunidense Olavi Rudolf Holsti, justamente com o intuito de demonstrar a relevância da relação dialética entre opinião pública e formulação política. Em *Public Opinion and Foreign Policy: challenges to the Almond-Lippmann Consensus* (1992), o autor discorre em extensa revisão bibliográfica sobre o tema e, a partir disso, define duas principais ondas de estudos sobre o assunto: a primeira, baseada na obra inaugural, aborda o Consenso Almond-Lippmann e, posteriormente, uma segunda onda com a emergência de autores revisionistas.

A primeira fase é considerada uma visão mais cética, originada entre as décadas de 1940 e 1960, principalmente ao analisar a opinião pública estadunidense durante o desempenho dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. A partir disso, Gabriel Almond aborda em seu estudo *The American People and Foreign Policy* (1950)⁷ o mito democrático de que todas as pessoas têm acesso às informações e são capazes de opinar sobre assuntos complexos. Para Almond (1950), a sociedade possui limitações para compreender certas decisões e estratégias políticas. Adicionalmente, o autor exemplifica que, nas democracias, a opinião pública está vulnerável a fenômenos como efeito manada e é considerada altamente instável. Contudo, o autor ressalta a importância dos chefes de Estado terem conhecimento sobre as vertentes da opinião pública dos cidadãos, para terem como planejar o comportamento político potencial doméstico ao tomarem determinadas decisões. Em suma, Almond (1950) discorda que a opinião pública deve ser levada em consideração nas tomadas de decisão, sendo ela apenas um fator balizador, mas não definidor de uma decisão.

Em conformidade ao que foi concluído por Almond (1950), Lippmann (1997) concorda que a opinião pública tende a estar equivocada, uma vez que a população não teria

⁶ GRIFFITHS, Martin; ROACH, Steven; SOLOMON, Scott. *Fifty key thinkers in international relations*. 2 ed. London: Routledge, 1999.

⁷ ALMOND, Gabriel. *The American People and Foreign Policy*. New York: Praeger, 1950.

acesso às informações nem a capacidade de traduzi-las corretamente, por falta de conhecimento e experiência nas ciências políticas. Para Lippmann (1997⁸ *apud* ALBANUS, 2018, p.2), por sua vez, a definição de opinião pública pode ser caracterizada como as “[...] imagens interiores na mente dos seres humanos que agem sobre os grupos de pessoas ou sobre os indivíduos que agem em nome desses grupos.”. Assim, conforme o Consenso Almond-Lippmann, a opinião pública deveria ser desconsiderada no processo de tomada de decisão para política externa, uma vez que acreditavam que os estadunidenses eram mal-informados sobre os assuntos mundiais, exceto em tempos de guerra ou crise, e que a variação de humor dos cidadãos poderia prejudicar o alcance dos interesses nacionais do Estado. Ademais, para os autores, o impacto da opinião pública na política externa era muito inferior ao comparar-se com a influência dela nos assuntos domésticos (FARIA, 2008).

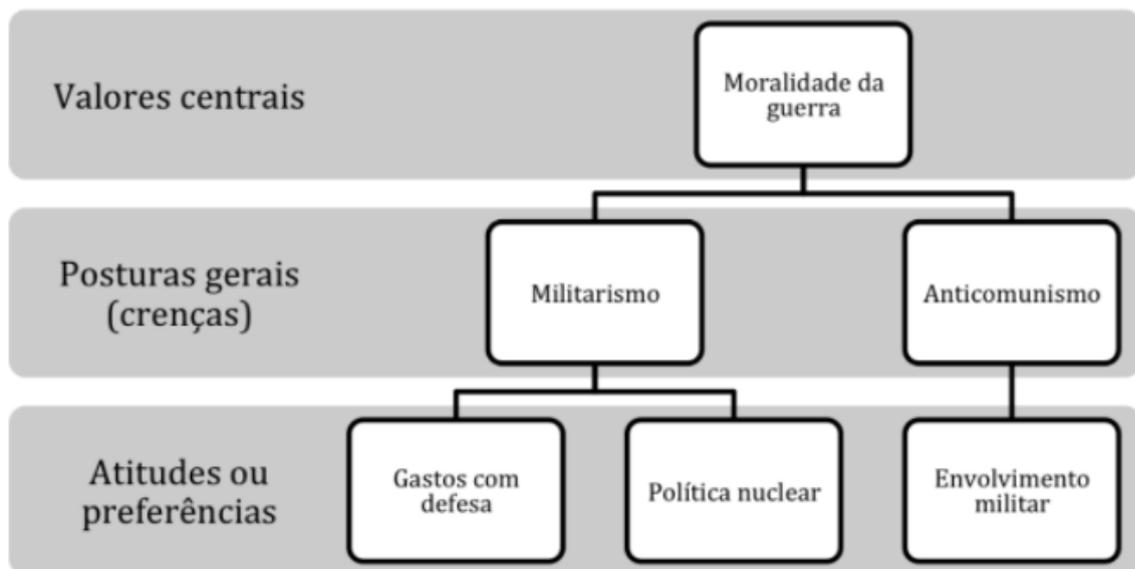
No que diz respeito à segunda fase, caracterizada por seu teor revisionista, está contextualizada na Guerra do Vietnã, quando a opinião pública estadunidense passa a questionar a postura dos Estados Unidos no Sistema Internacional e ganha peso no processo de tomada de decisão para política externa. Richard Sobel⁹ (2001), em seu estudo intitulado *The impact of public opinion on U.S. foreign policy since Vietnam*, analisa a formação da opinião pública estadunidense quanto a política externa do país depois da guerra contra o Vietnã, destacando a crescente importância da opinião pública quanto na formulação política em geral e, em especial, com relação à política externa (FARIA, 2008). Este desenvolvimento também está ligado à evolução das tecnologias da informação, uma vez que o período da guerra coincidiu com a popularização da televisão entre as famílias estadunidenses, o que permitiu um maior acesso a informações às pessoas por diferentes canais, perspectivas e narrativas. Adicionalmente, estes avanços tecnológicos permitiram o enriquecimento metodológico, tanto na possibilidade de coletar e avaliar maior volume de dados, quanto na sua análise mais acurada, como por meio de ferramentas como *surveys* (ALBANUS, 2018). Desta forma, passa-se a criticar a corrente realista de que a opinião pública seria irracional, incoerente e baseada em premissas emocionais, como se esta justificativa fosse uma ferramenta para afastar empecilhos e questionamentos sobre as decisões políticas de governantes (FARIA, 2008).

⁸ LIPPMANN, Walter. Public opinion. New York: Free Press, 1997.

⁹ SOBEL, R. The impact of public opinion on US foreign policy since Vietnam. Oxford, Oxford University Press, 2001.

Superando o questionamento simplório de apenas verificar se a opinião pública interfere na política externa, autores como Hurwitz e Peffley (1987)¹⁰ vão além e passam a investigar como a opinião pública sobre assuntos de política externa é formada. Em sua obra *How are foreign policy attitudes structured? A hierarchical model*, os autores criam um esquema hierárquico de valores e preferências que estruturam a opinião pública em política externa a fim de comprovarem a coesão e estruturação da primeira como fator a ser levado em consideração no processo de tomada de decisão política. Conforme o modelo, o nível mais alto é representado pelos valores gerais, o intermediário como o meio termo e a base representada por opiniões específicas. Mesmo assim, todos os níveis estão ligados de alguma forma a valores e princípios pré-existentes de grupos ou indivíduos. No exemplo abaixo, esclarecido pela pesquisadora brasileira Adriana Albanus (2018), os autores utilizam o valor central “moralidade da guerra” para apresentar a correlação.

Figura 1 - Modelo hierárquico de atitudes em política externa.



Fonte: Albanus (2018)

Uma analogia interessante para referir-se ao explicar a formação da opinião pública é a partir da perspectiva que “[...] vários subsistemas que operam dentro do sistema político maior, processando questões de políticas de forma paralela a fim de aliviar o peso de informações e decisões que é colocado sobre as instituições centrais do governo democrático” (HOWLETT, 2000 p. 177). Ainda, há correntes teóricas que defendem que a opinião pública,

¹⁰ HURWITZ, Jon; PEFFLEY, Mark. How are foreign policy attitudes structured? A hierarchical model. *American Political Science Review*, Washington, v.81, n.4, 1987.

por se tratar de um fenômeno coletivo, afasta os equívocos das opiniões individuais, sendo a primeira mais acurada e coesa (ALBANUS, 2018).

Ademais, os argumentos de Page e Bouton (2006)¹¹ debatidos ao longo da obra *The foreign policy disconnect. What Americans want from our leaders but don't get*, vão ao encontro das críticas da segunda onda, ao discordar que a opinião pública deveria ser desconsiderada no processo de tomada de decisão política por ter como características ser desorganizada e oscilante. Ambos os autores afirmam que a política externa estadunidense não respeita a opinião pública dos cidadãos, ao passo que ela é baseada no poder militar e, conforme pesquisas de opinião, os estadunidenses prezam por uma ação internacional colaborativa e pacífica, seguindo as premissas neoliberais. Esta desconexão se torna preocupante ao lembrarmos que, teoricamente, o sistema democrático dos Estados Unidos é considerado o modelo de organização política a ser exportada para o mundo (ALBANUS, 2018).

Em suma, a partir da revisão teórica apresentada ao longo desta subseção, é possível afirmar que, atualmente, os estudos sobre os impactos da opinião pública na política externa têm convergido para uma perspectiva mais democrática, ao defenderem uma maior participação das pessoas e influência destas na formação política. Ademais, nesta segunda onda, são afastadas as características de instabilidade ou irracionalidade da opinião pública, argumentos antes usados para invalidar as contestações. Salienta-se, também, os impactos da evolução dos meios de comunicação e sua consequente popularização, o que culminou no maior acesso à informação por parte da população e, como resultado, a maior e mais ampla participação nos assuntos políticos (ALMEIDA, 2016).

Como dito anteriormente, cada vez mais nota-se uma tendência de valorização da opinião pública dentro do processo de tomada de decisão político, especialmente nas democracias, em que o governante tem como preocupação central favorecer a sua continuidade no poder (RUIVO, 2015). Em mesmo sentido, Marinucci (2008) indica um ponto cego na teoria democrática no que se refere à não identificação da importância dos meios de comunicação na formação das preferências eleitorais. Sendo assim, ao enfatizar o objetivo do presente trabalho na questão que tange a relação mútua da formação de opinião pública com a formulação de política externa, a manipulação da opinião pública pode ser vista como uma poderosa ferramenta política, não só para o chefe de Estado obter respaldo nacional para tomar ações internacionais, mas também no sentido contrário, isto é, agir no

¹¹ PAGE, Benjamin; BOUTON, Marshall. *The foreign policy disconnect: What Americans want from our leaders but don't get*. Chigado: University of Chicago Press, 2006.

âmbito internacional de forma a agradar os eleitores domésticos na tentativa de manter-se no poder.

Apesar de ser um fator importante e cada vez mais poderoso, a opinião pública possui dificuldades de ser levada de forma ativa no processo de formulação política, sendo na maioria das vezes um agente passivo e agindo de forma indireta. No entanto, vale destacar que, com o avanço das tecnologias da informação, torna-se cada vez mais fácil disseminar informações, opiniões ou notícias para o maior número de pessoas. Neste sentido, a ampliação dos meios de comunicação têm um papel fundamental no novo processo de formação da opinião pública, que se fortalece e ganha destaque na política ao conseguir exercer pressão na tomada de decisão - porém, também se torna cada vez mais vulnerável e manipulável (HOWLETT, 2000). Como mais bem descrito, em outras palavras,

[...] a opinião pública não é só uma variável independente; pode ser também uma variável dependente. Isto é, embora seja evidente que a opinião constitui importante aspecto do ambiente político que afeta as ações do governo, também essas ações podem afetar o ambiente político. Ou seja, os governos não são apenas recipientes e reagentes passivos da opinião pública, mas podem ter, e frequentemente têm, um papel ativo na conformação da opinião pública (HOWLETT, 2000, p. 183).

A partir desta lógica, destaca-se o aporte teórico desenvolvido pelo pesquisador Harry Eckstein (1966)¹², em sua obra, *Division and cohesion in democracy*, ao elaborar a Teoria da Congruência, na qual defende a extrema relevância entre a relação de opinião pública e tomada de decisão política. Segundo Eckstein, a estabilidade de um governo democrático ocorre quando há congruência entre as ações governamentais e os interesses sociais não-governamentais, enquanto a incongruência se dá em situações contrárias, ou seja, em que as decisões entre estes dois níveis não convergem (ALBANUS, 2018). Assim, é possível verificar que a opinião pública deve ser levada em consideração no processo de formulação política, incluindo o de política externa, como forma de manter e até aumentar o grau de aceitação e legitimidade de determinado governo. A relação dialética entre opinião pública e formulação de políticas públicas, em especial em regimes democráticos, não é simples ou linear, ambas são condicionantes e balizadoras uma da outra. No entanto, é importante ressaltar, em conformidade com os argumentos de Eckstein (1966), que nem sempre há esta convergência.

¹² ECKSTEIN, Harry. *Division and cohesion in democracy: a study of Norway*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

Devido a esta emergência da importância da opinião pública na tomada de decisões políticas, pode ocorrer a instrumentalização da política externa como ferramenta a fim de alcançar a legitimidade necessária para os chefes de Estado governarem e se manterem no poder.

No próximo capítulo será destacado como a evolução dos meios de comunicação contribuiu para a relevância da opinião pública no processo de tomada de decisão política, a partir da dinamização da disseminação de informação via redes sociais. Assim, a maior parcela da população passa a ter acesso a informações e participar politicamente da sociedade, interferindo na formulação política - e, conforme o escopo abarcado neste trabalho, sobretudo na formulação de política externa. A questão a ser investigada na próxima seção relaciona a mudança na formação da política externa com o advento dos novos meios de comunicação - sobretudo a Internet. É com base na lógica apresentada até então sobre a relação dialética e mútua entre a opinião pública e a política externa que se busca entender como as novas formas disseminação de notícias e informações alteraram de maneira significativa a formação da opinião pública e, assim, impactam no condicionamento da formulação de política externa. Ainda, pode-se dizer que, justamente pelo aumento da percepção da opinião pública no processo decisório, se torna cada vez mais importante a capacidade da política (não só a externa) de manipular a opinião pública, como forma de manter-se no poder.

3 IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS NA POLÍTICA: MUDANÇAS NA COMUNICAÇÃO

O surgimento das redes sociais digitais marca uma nova era na história das relações humanas, enquanto a conexão virtual ganha espaço e tempo na vida dos indivíduos. As mudanças vivenciadas atualmente revolucionam a maneira de se comunicar, de se relacionar e de disseminação de informações em sociedade. Neste sentido, ao observar tal revolução digital, pode-se verificar uma mudança também na forma de se fazer política com a ampliação significativa dos meios de comunicação - não só no sentido de quantidade e variedade de canais criados, mas também na expressiva rapidez e alcance abrangente que o compartilhamento de notícias passa a chegar nos receptores. Tendo isto em vista, esta seção tem como objetivo abordar como essas novas mídias culminaram na mudança da comunicação de informações e, por consequência, na tomada de decisão política. Este capítulo está dividido de forma que será abordado na primeira subseção a trajetória histórica sobre a evolução dos meios de comunicação; já na segunda, será aprofundada e destacada a criação das redes sociais e seus impactos no compartilhamento de informações; e, por fim, correlaciona-se na terceira parte estas mudanças com o aumento da relevância da opinião pública em processos políticos, sobretudo, no âmbito da política externa.

3.1 A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

A disseminação de informações sempre esteve presente na vida humana. Desde as pinturas rupestres até as publicações online, os seres humanos tentam se comunicar e transmitir ideias, pensamentos ou acontecimentos uns aos outros. Conforme as autoras Araújo e Fachin (2015, p.84), "as fontes de informações são registros utilizados ao longo da vida do ser humano, possibilitando ampliar a visão do mundo em que vive e sobre as coisas que estão à sua volta". Ao avaliarmos a história da disseminação de informações, pode-se verificar certa constância da evolução dos meios de informação na busca pelo desenvolvimento de ferramentas que possibilitam o alcance de uma gama cada vez maior de receptores, tanto no que cerne a questão da distância, quanto ao tentar facilitar o acesso às notícias e aos acontecimentos. Estes avanços tecnológicos comunicacionais impactam também na forma de se fazer e enxergar a política, permitindo uma maior aproximação do leitor às notícias dos cenários políticos nacional e internacional.

Apesar de nem sempre ter seu papel analisado com a devida relevância no processo político, a mídia pode ser vista como uma poderosa ferramenta de manipulação e convencimento do público, uma vez que quem domina a disseminação de notícias, detém a posse da sua narrativa e de como expô-la - ou omiti-la. Essa capacidade está intimamente ligada à formação da opinião pública e seus impactos à dinâmica política, tendo em vista que, quando os indivíduos passam a ter maior conhecimento sobre notícias e acontecimentos políticos cotidianos, tendem a ter maior envolvimento no processo de decisão política (MARINUCCI, 2008). Para as novas tecnologias da informação criadas nos últimos anos, destacam-se aqueles políticos que souberam utilizá-las a seu favor para se comunicar com o público e de lançarem suas campanhas através das propagandas (MIGUEL, 2002). Nesta subseção, será exposta a evolução dos meios de comunicação com o intuito de demonstrar que estes adventos inovaram os meios de se fazer política.

Um marco na história da transmissão de informações foi a criação da prensa gráfica por Gutenberg, por volta do ano de 1440, na região que hoje se encontra a Alemanha, o que trouxe mudanças significativas à trajetória da sociedade global ao convencionar a disseminação de notícias impressas. A invenção e possibilidade da produção em massa para veiculação de notícias através do jornal impresso é a primeira tecnologia que permite atingir maiores distâncias e mais receptores, devido à facilidade de produção em larga escala. Outro ponto importante deste avanço comunicacional foi a descentralização do monopólio das informações, que antes eram geridas quase que exclusivamente pelo Estado e pela Igreja Católica, e passam a ser amplamente difundidas, burlando certas limitações e censuras impostas na época (BRIGGS; BURKE, 2006).

Com a invenção da eletricidade, a história da comunicação é renovada novamente a partir da criação do primeiro rádio, que permitiu a disseminação de informações a longa distância quase que instantânea e, inclusive, ultrapassando as barreiras nacionais com a possibilidade de escutar estações de rádio de outros países. Ainda, a transmissão de notícias é mais uma vez expandida, visto que a transmissão radiográfica de notícias amplia a gama de receptores ao não exigir que os usuários sejam alfabetizados para terem acesso a às informações divulgadas. Assim, após a Primeira Guerra Mundial, com a restauração das linhas de rádios, é popularizada a radiodifusão de acontecimentos e notícias. Tendo em vista a ampliação do público consumidor de notícias via rádio, também é redesenhada a estratégia de comunicação e propaganda política, que passa a priorizar a disseminação de mensagens eloquentes e populares nas estações de rádio, a fim de alcançar o maior número de eleitores possível (ALMEIDA, 2016).

Como bem destacado por Almeida (2016), um exemplo prático do uso do rádio na política foi a consolidação do governo de Roosevelt nos Estados Unidos através da ampla disseminação do *New Deal* nas estações de rádio estadunidenses. Roosevelt conseguiu que “[...] todas as emissoras de rádio espalhadas pelo país não apenas concedessem horário de transmissão [...], mas também ajudassem no silenciamento dos opositores de seu governo” (ALMEIDA, 2016, p. 278), demonstrando o quão poderoso se torna a disseminação de informações - ressaltando a relevância do compartilhamento via rádio neste período. Adicionalmente, a transmissão radiográfica aprofunda uma série de outras inovações, como

A particularidade de falar diretamente ao povo, associada à perspectiva de um político poder utilizar recursos próprios, como a voz, para ganhar notoriedade e apoio, era muito inusitada. Com essa possibilidade, o político não precisaria ficar dependente da publicação de suas mensagens pelos meios, mesmo porque, o governo de Roosevelt cuidou de aprovar atos que fariam com que seu governo exercesse controle institucional, mas indireto, sobre a programação dos meios. (ALMEIDA, 2016, p. 280).

Em continuação, a evolução dos meios de comunicação tem um novo capítulo com a invenção e popularização dos aparelhos de televisão. A nova tecnologia ultrapassa o que se conhecia por transmissão de notícias, ao permitir também a visualização de fatos e acontecimentos - primeiro em preto em branco, depois em cores -, colaborando para que houvesse um envolvimento cada vez maior do público receptor com a notícia. Os telejornais passam a ganhar espaço e se tornam o principal meio de informação mundial. O avanço da televisão chega às transmissões ao vivo, mostrando acontecimentos e narrativas em tempo real para o telespectador, apresentando mais uma forma de aproximação de indivíduos ao ambiente político. Pode-se também afirmar que, a partir da popularização destes meios, ocorre a constituição do que hoje é conhecido como a indústria da mídia (BRIGGS; BURKE, 2006).

Atualmente, estamos experimentando uma nova revolução tecnológica nas formas de comunicação, que fomenta e é fomentada pelo fenômeno da globalização. Nos últimos anos, os avanços das tecnologias comunicacionais alcançaram patamares jamais vistos na história humana, refletindo na abundância de informações disponíveis e facilidade de acesso a qualquer hora e em qualquer lugar. Esta nova etapa é marcada pela criação da Internet e, sobretudo, a popularização das redes sociais, que corroboram para uma maior quantidade de informações sendo transmitidas simultaneamente a um número antes inimaginável de receptores (BOYD-BARRETT, 2012). O alcance mundial destas informações se deve, em grande parte, ao desenvolvimento do processo de produção - e conseqüente barateamento - de

computadores, celulares e *smartphones*. Hoje, observa-se que a Internet representa um dos meios de comunicação mais baratos e acessíveis, em crescente popularização.

Destaca-se a pesquisa *The Latest Insights Into The 'state Of Digital'*, lançada em janeiro de 2021 pela empresa *We Are Social* em parceria com a *Hootsuite*, em que é possível verificar informações importantes sobre os impactos desta nova maneira de se comunicar. A pesquisa mostra que uma parcela considerável da população mundial possui acesso à Internet, chegando ao marco de aproximadamente 4,66 bilhões de usuários. Destes, 4,2 bilhões estão ativos nas redes sociais.

Figura 2 - Percentual de indivíduos com acesso à Internet e às redes sociais



Fonte: DIGITAL (2021).

Já com relação aos avanços e uso das redes sociais, a pesquisa demonstra que houve um aumento de 490 milhões de pessoas ao considerar o período entre o ano de 2020 a 2021 que ingressaram nas redes sociais, alcançando a estatística de que mais da metade da população mundial está conectada nas redes sociais. Esse acesso se dá principalmente via *smartphones*, como relatado anteriormente, chegando ao número expressivo de 98,8% dos usuários conectados por estes dispositivos.

Figura 3 - Uso das redes sociais no mundo



FONTE: DIGITAL (2021)

Tendo em vista os dados apresentados acima, as redes sociais, por sua vez, desempenham papel fundamental nesta nova dinâmica, ao fornecerem os espaços necessários para estas interações e publicações de diversos conteúdos. Pesquisas recentes demonstram que a Internet e as redes sociais vêm sendo o principal meio de comunicação utilizado para se informar no mundo (PEW RESEARCH CENTER, 2016) - estudos também mostram que os usuários brasileiros utilizam as redes sociais como principal fonte de informação (PESQUISA..., 2019; REUTERS INSTITUTE, 2020). Neste sentido, é possível afirmar que hoje temos uma nova maneira de interagir e comunicarmos, por meio das relações eletrônicas (VASCONCELOS; BRANDÃO, 2013).

A veiculação de notícias e informações através de redes sociais possui características próprias e até mesmo disruptivas quando comparada aos demais meios. Como é bem pontuado no estudo de Boyd (2007) as redes sociais são marcadas por quatro principais características: a primeira refere-se a permanência de todo o conteúdo que for publicado nelas, ou seja, toda notícia uma vez disseminada está fadada a ser encontrada de alguma forma online, sem a possibilidade de desfazer essa publicação, seja porque está salva de forma virtual ou porque já foi visualizada por outros usuários - que agora “detêm” a posse desta informação; a segunda característica, intimamente ligada à primeira, remete à alta e precisa

capacidade de busca por informações e por usuários que já estiveram ativos na rede; a terceira característica está relacionada ao elevado poder de replicabilidade de informações por qualquer usuário (que, em contrapartida à segunda característica, por vezes dificulta o rastreamento de postagens originais e a identidade originária de quem as postou); por fim, a quarta característica refere-se à imprevisibilidade de alcance de determinada postagem, uma vez que determinada rede de amigos e usuários pode se estender entre as redes daqueles que replicaram as informações, culminando na impossibilidade de mensuração exata do alcance das informações publicadas.

Adicionalmente, como as demais inovações comunicacionais, a transmissão de informações mais uma vez é expandida e - mais do que nunca - não se restringe a instituições e autoridades, uma vez que usuários passam “[...] a ser o elemento propagador dessa informação, quando republica, curte, marca, indica algo para alguém ou em uma rede social, criando correlações entre pessoas e informações em meio eletrônico” (ARAÚJO; FACHIN, 2015, p 90). Quanto às notícias de cunho político, apesar da Internet oferecer significativas vantagens ao permitir maior poder de voz aos políticos independente de filiação e propiciar a comunicação direta ao público, também traz desvantagens que podem mudar o jogo, tendo em vista que a explosão de informações sobre eles devido à alta e constante exposição, o que pode culminar na perda de credibilidade, por exemplo. Este fenômeno contribuiu para a “desmistificação de líderes políticos” ao expor não só aquilo que os candidatos querem que seja exposto, mas suas falhas e defeitos por meio de outras fontes de informação que não as dominadas por ele, como ocorria antigamente com os demais meios de comunicação (MIGUEL, 2002).

Ainda, uma característica importante a se destacar da disseminação de informações pela Internet - e, mais especificamente, nas redes sociais - e diferente dos demais meios, é a possibilidade do usuário filtrar as informações e notícias que deseja receber e visualizar voluntária e involuntariamente. Voluntária no sentido de que é possível ajustar as configurações das redes sociais para bloquear determinados conteúdos, palavras específicas e usuários indesejados. Por outro lado, esta seleção de informações também ocorre involuntariamente, uma vez que os algoritmos das redes sociais são programados para realizar a seleção de conteúdos com o intuito de entreter o usuário e mantê-lo conectado o máximo de tempo possível e, portanto, mostram apenas o que o usuário demonstra interesse em consumir para permanecer online. Essa audiência permite a rentabilidade de publicações e postagens, sendo uma nova forma de propaganda para muitas empresas apresentarem seus serviços e produtos. De forma análoga, para muitos políticos divulgarem suas propostas e ideais.

Inclusive, as publicações mais curtidas, visualizadas, replicadas ou comentadas passam a ser remuneradas - fomentando a indústria de conteúdo digital.

Com o objetivo de melhor fundamentar a tese deste trabalho sobre o uso político das redes sociais, será aprofundado na próxima subseção o debate quanto à criação das redes sociais digitais, desenvolvendo a definição de conceitos e perspectivas sobre o tema, bem como seus efeitos nas relações sociais e sua influência no ambiente político. No capítulo subsequente, em construção lógica, será evidenciado o fenômeno da disseminação de *fake news* como exemplo desta utilização de cunho político nas redes sociais.

3.2 A CRIAÇÃO E CONCEITUAÇÃO DE “REDES SOCIAIS” E SUAS MUDANÇAS NA COMUNICAÇÃO

Nesta subseção serão abordadas múltiplas conceituações e perspectivas de diferentes autores sobre o que define o termo “redes sociais”, levando em consideração seu contexto digital como meio de comunicação. Para muitos pesquisadores, como Manuel Castells (2005), Regina Marteleto (2001) e Sônia Acioli (2007), é um equívoco enxergar as redes sociais apenas como uma ferramenta tecnológica digital - como é feito coloquialmente -, tendo em vista que a origem do termo remonta uma forma de relacionamento entre indivíduos muito mais antiga. As redes, neste sentido, devem ser representadas por formarem cadeias de comunicação, em que cada indivíduo se torna equivalente a um nó e a interligação de nós ocorre por meio de fios sociais fictícios, firmados através da constante troca de informações a partir da comunicação, o que mantém os indivíduos socialmente conectados em formato de rede (ACIOLI, 2007).

As redes sociais também podem ser vistas como ferramentas organizacionais, em que grupos de atores autônomos são unidos pelo compartilhamento de valores e interesses, através da constante disseminação de ideias e recursos (MARTELETO, 2001). Corroborando para essas definições, a conceituação encontrada em dicionário do termo “rede social” para o contexto digital pode ser caracterizada de duas principais formas: a primeira como “[...] conjunto de relações entre pessoas ou organizações que partilham interesses, conhecimentos e valores comuns, por meio da internet [...]” ou a segunda como um “[...] site ou página da internet onde se estabelece esse tipo de relações, através da publicação de comentários, fotos, links, etc.” (REDE SOCIAL, 2021).

Regina Marteleto (2001) ressalta que a descrição de redes sociais é um novo paradigma no estudo das estruturas sociais, uma vez que para estudar comportamentos e

opiniões dos indivíduos passa-se a buscar compreender as estruturas nas quais eles estão inseridos, “[...] não apenas a unidade de atributos individuais (como sexo, raça, idade ou gênero), mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através de suas interações uns com os outros [...]” (MARTELETO, 2001, p. 72). Esta rede de relações provoca, conseqüentemente, limitações nas escolhas e orienta comportamentos e opiniões individuais e coletivas. Assim, a análise do que são as “redes”, na verdade, pode ser utilizada também como ferramenta de análise, não apenas como conceito teórico analítico.

Sonia Acioli (2007), por sua vez, realiza uma pesquisa sobre as redes sociais enfatizando três diferentes perspectivas de abordagem, que se tornam complementares para entender o conceito das redes sociais por inteiro: a primeira é uma perspectiva metafórica, voltada à filosofia de rede ou a uma aproximação conceitual; a segunda é uma perspectiva analítica, centrada na metodologia de análise de redes; por fim, a terceira é uma perspectiva tecnológica, que aborda as redes de conexões, para as possibilidades que se colocam em relação às interações possíveis na sociedade através de redes eletrônicas, de informações, interorganizacionais. Tanto a perspectiva metafórica quanto a perspectiva analítica argumentam que essa troca permanente de informações permite a manutenção de vínculos sociais que, por sua vez, conectam as ações humanas às instituições da sociedade. Ou seja, a partir do momento que se passa conhecimentos e informações, se torna possível criar uma espécie de acordo com regras sociais compartilhadas e aceitas por todos aqueles indivíduos que participam deste processo (ACIOLI, 2007). Esta perspectiva corrobora de certa forma com a noção de que as notícias disseminadas via redes sociais podem influenciar a formação da opinião pública da população que se informa através delas, por exemplo.

Por outro lado, Lucas Braun (2012), em um capítulo exclusivo sobre o tema das redes sociais, busca uma caracterização precisa para o termo no âmbito digital, ao realizar uma análise histórica sobre o surgimento dessas ferramentas. Desta forma, Braun (2012) destaca a definição de Kaplan e Haenlein (2010), publicada na obra *Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media* em que segundo os autores as redes sociais seriam

[...] uma plataforma para facilitar a troca de informações entre os usuários, [...] um grupo de aplicativos baseados na Internet que são fundamentados em pilares ideológicos e tecnológicos da Web 2.0 e que permitem a criação e troca de Conteúdo Gerado pelo Usuário (KAPLAN; HAENLEIN, 2010, p. 60, tradução nossa).

Em suma, Braun define que as redes sociais “[...] são uma plataforma de comunicação humana mediada por *software* social, que por sua vez tem a característica de facilitar a criação de redes sociais em ambiente digital” (BRAUN, 2012, p.114, tradução nossa). No entanto, para melhor compreensão, o autor propõe a análise dos termos "Conteúdo Gerado pelo Usuário", que pode ser visto como a generalização das várias formas que as redes sociais podem ser usadas. Ainda, Kaplan e Haenlein (2010) descrevem seis tipos de redes sociais, conforme os diferentes propósitos e espaços que cada um proporciona.

A primeira classificação são os “projetos colaborativos”, plataformas com o objetivo de compartilhamento de conteúdo e conhecimento. A segunda são os “blogs e microblogs”, que seriam os antecessores das redes sociais modernas, são páginas de criação de conteúdo individuais, geralmente utilizados como espaços de exposição de opiniões, organizados em ordem cronológica e que permitem relacionamentos unidirecionais. A terceira classificação são as “comunidades de conteúdo”, que tem como principal objetivo oferecer conteúdo para o consumo e compartilhamento. A quarta definição são as “redes sociais de serviços”, isto é, comunidades em que a própria rede social é a funcionalidade central, oferecendo aos seus usuários uma variedade de recursos que facilitam a auto apresentação, *networking* e comunicação pública e privada. A quinta é o “mundo dos jogos virtuais”, que replicam um ambiente tridimensional, no qual os usuários podem aparecer na forma de avatares personalizados e interagir uns com os outros como se fosse na vida real - nesse sentido, os mundos virtuais são provavelmente a manifestação final das mídias sociais, pois fornecem o mais alto nível de presença e riqueza de mídia de todos os aplicativos discutidos até agora. Por fim, a sexta classificação é o “mundo virtual social”, similar ao mundo dos jogos virtuais, mas com maior liberdade de desenvolver personagens, sem se limitar à dinâmica de jogos (KAPLAN; HAENLEIN, 2010). Tendo em vistas todas estas definições, pode-se concluir que as redes sociais, em suma, oferecem um novo espaço de comunicação, sem regras rígidas e formais impostas pela comunicação feita pessoalmente.

Em uma definição alternativa, Braun (2012) ressalta os estudos de Kietzmann *et al.* (2011)¹³, citados na obra *Social Media? Get Serious! Understanding the functional building blocks of social media*, na qual é defendido que as redes sociais criam plataformas interativas na Internet, nas quais indivíduos e comunidades compartilham, co-criam, discutem e modificam os conteúdos gerados pelos usuários. Assim, levando em consideração todas as

¹³ KIETZMANN, Jan; HERMKENS, Kristopher; MCCARTHY, Ian; SILVESTRE, Bruno. *Social Media? Get Serious! Understanding the functional building blocks of social media*, Business Horizons, 2011, vol. 54, p. 241-251.

possibilidades de atividades virtuais, as redes sociais podem ser divididas em sete blocos de construção funcionais seguindo a lógica de favos de mel, para classificar diferentes formas de rede social a partir de níveis de uso das suas funcionalidades. No entanto, este tipo de classificação deixa em aberto as definições, sendo muito subjetivo para poder fazer uma análise padronizada (BRAUN, 2012).

Após a revisão teórica quanto à classificação e definição de redes sociais, fica claro que o novo espaço de discussão e transmissão de informações adquire variadas formas e plataformas que permitem a comunicação completa e similar à realidade entre usuários, mesmo que limitada ao ambiente digital. Além desta perspectiva, este espaço adquire características próprias e abre uma lacuna para uma nova maneira de compartilhar informações e notícias, impactando na forma de se relacionar socialmente. Na próxima subseção será desenvolvido os efeitos destas inovações na formação da opinião pública no ambiente político, com o intuito de chegar à questão central deste trabalho, se as *fakes news* são capazes de influenciar a formulação de política externa de um país.

3.3 O USO POLÍTICO DAS REDES SOCIAIS: EFEITOS DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Como dissertado anteriormente, o processo de troca e recebimento de informações foi aprimorado com a invenção da imprensa e os desenvolvimentos da sociedade burguesa, uma vez que permitiu a superação de barreiras espaciais e temporais - até mesmo sociais - na disseminação das informações, tornando as notícias progressivamente mais acessíveis a uma maior parcela da população. No entanto, destaca-se que ainda há limitações para formação da opinião pública, como o idioma ou formas de pensamento e educação particulares a cada cultura (BRAUN, 2012). Desde o princípio, os meios de comunicação impactam a formação da opinião pública, ao controlar e garantir a disseminação de informações a partir das quais indivíduos geram seus juízos de valor quanto aos acontecimentos do mundo (EGELHOFER; LECHELER, 2019). Nesse sentido, as redes sociais vêm desempenhando papel crucial no processo de formação da opinião pública, por canalizarem cada vez mais o meio de transmissão e troca de informações entre indivíduos, apresentando uma dinâmica particular e inovadora - como abordado nas seções acima.

Situações práticas vêm demonstrando a influência das redes no âmbito político, por exemplo, como é exposto por Regina Marteleto (2001) em seu artigo *Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informações*, no qual ela elabora um estudo de

caso sobre a organização de movimentos sociais via redes sociais na região de Leopoldina, Rio de Janeiro, desenvolvendo uma metodologia de análise qualitativa e quantitativa a fim de compreender como são estruturadas as relações dentro destes contextos. Corroborando para o objetivo desta pesquisa, Marteleto (2001) afirma que os movimentos sociais que surgem a partir das redes sociais são um exemplo de como as informações compartilhadas nessas plataformas se tornam importantes ferramentas de formação da opinião pública, possuindo a capacidade de articular um grupo de indivíduos virtualmente para agirem em defesa de determinado assunto ou acontecimento.

A autora atenta sua análise para a alteração da essência dos movimentos sociais nas últimas décadas, cada vez mais em combate de desigualdades e melhoria nos padrões de vida, o que também pode ser um reflexo do maior acesso às informações e notícias do mundo - aprimorando o senso crítico de uma maior parcela da população. Essa mudança também está interligada com a maior facilidade de acesso à informação, tendo em vista que agora é possível um alargamento da visão cotidiana ao poder comparar, por exemplo, a situação de vida individual com a de outros locais do mundo - permitindo também que se abra os olhos para novas reivindicações antes nem cogitadas. Neste sentido, pode-se afirmar que as novas tecnologias de comunicação estreitam o entendimento entre o local e o global (MARTELETO, 2001).

Apesar dos pesquisadores tradicionais de Relações Internacionais estudarem a área levando em consideração preponderante agentes macroeconômicos, como os Estados e, em algumas ocasiões, Organizações Internacionais ou empresas transnacionais, entende-se neste trabalho que estes agentes são formados e convencidos por indivíduos em acordos sociais e que estes devem ser considerados ao analisar a conjuntura nacional e internacional. Entende-se também que um indivíduo por si só não possui capacidades necessárias para atuar no cenário mundial, mas é através de seu poder de influência sob os demais que a opinião pública é destacada como uma poderosa ferramenta no processo de tomada de decisão política internacional, tendo em vista que esta torna-se protagonista ao ser comparada com a ação individual. Neste sentido, é importante destacar a interligação entre o poder das novas tecnologias da comunicação e o fortalecimento do papel da opinião pública na política, tanto no âmbito nacional quanto no internacional (OLIVEIRA, 2012). Ainda, exemplos históricos confirmam a possibilidade de uma ação isolada tomar proporções significativas em processos políticos, alterando de forma expressiva a conjuntura, como ocorrido na Primavera Árabe. Este evento foi marcado pelo engajamento via redes sociais, em que jovens por todo o Oriente

Médio compartilhavam informações e recrutavam uns aos outros para protestos que alteraram o cenário político da região (HOMEM, 2015).

Desta maneira, percebe-se que algumas teorias *mainstream* de Relações Internacionais muitas vezes se tornam desatualizadas quando necessário analisar a atual conjuntura, por não levarem em consideração uma série de possíveis agentes não-convencionais capazes de influir no jogo político nacional e internacional. A mídia vem ganhando destaque neste debate, tendo em vista sua capacidade de exercer poder e, por conseguinte, influenciar decisões políticas - mesmo quando só considerada uma ferramenta de atuação dos demais atores. Conforme Oliveira (2010, p. 252), “[...] o poder da mídia pode ser encarado, como um catalisador de tomada de decisões políticas internacionais, de modo a corroborar a tese de que a mídia é um ator emergente nas Relações Internacionais”. Assim, na obra *A Mídia e a Modernidade* de John Thompson (2002), a mídia é classificada como um dos diferentes tipos de poder, ao ser englobada no conceito de “poder simbólico”, através de instrumentos como meios de informação e comunicação:

Figura 4 - Formas de poder segundo John Thompson

Formas de poder	Recursos	Instituições paradigmáticas
Poder econômico	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (p.ex. empresas comerciais)
Poder político	Autoridade	Instituições políticas (p.ex. estados)
Poder coercitivo (especialmente poder militar)	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também a polícia, instituições carcerárias, etc.)
Poder simbólico	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (p.ex. a Igreja, escolas e universidades, as indústrias da mídia, etc.)

Fonte: Thompson (2002).

A *internet*, e mais especificamente as redes sociais, também podem ser englobadas nesse novo fenômeno de poder simbólico, ao abrirem espaço para a alavancagem de determinadas ações individuais, que podem ganhar proporções globais em questão de pouco tempo. Através delas, indivíduos passam a ter mais instrumentos de divulgação de opiniões e informações para os demais, podendo desta forma exercer algum tipo de poder, influência ou até mesmo coerção àqueles que têm acesso (OLIVEIRA, 2010).

Destaca-se aqui a crescente necessidade de remodelagem e flexibilização da dinâmica das mídias tradicionais, que vêm perdendo espaço para as novas mídias digitais, uma vez que estas últimas conseguem atuar de forma independente, sem precisar aparentemente manter relações políticas ou econômicas para fomentar o processo de disseminação de informações (OLIVEIRA, 2010). Ademais, as novas mídias digitais possibilitam o acesso a uma maior gama de fontes, favorecendo a análise de uma informação a partir de diversas narrativas, sem necessariamente estar condicionado a apenas um meio de disseminação de informações.

Segundo Paula, Silva e Blanco (2018, p. 108), nota-se “[...] um descrédito latente em relação às mídias tradicionais, o que impulsiona um desejo de se manter informado, sem ser manipulado [...]”, o que abre o espaço necessário para adoção da Internet como meio de informação, tendo em vista que as notícias de fontes não revisadas se apresentam como alternativas acessíveis quando comparadas aos grandes meios de comunicação. Piccinin, Castro e Castillo (2019, p. 3) descrevem a situação como a “relativização dos tradicionais papéis de emissores e receptores”, em que é observado o processo de descentralização do compartilhamento de informações. Ainda, Oliveira (2010) destaca uma expressão desenvolvida por Walter B. Wriston (1994)¹⁴, em que o autor descreve a tendência de perda de soberania estatal, sobretudo devido à perda do controle das informações por causa das interferências das tecnologias da comunicação, como o “crepúsculo da soberania”.

Manuel Castells (2005, p.17), por sua vez, ressalta que “[...] a sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias [...]”. Neste sentido, segundo ele, as novas tecnologias da informação também podem determinar o desenvolvimento de uma sociedade, visto que elas diferem na forma que lidam com essa nova ferramenta tecnológica. Assim, pode-se argumentar que uma sociedade terá sucesso caso for capaz de se organizar de forma a extrair informações e manusear essas novas tecnologias da maneira mais eficiente possível. Mesmo que o autor esteja se referindo ao nível técnico, é possível traçar um paralelo com o uso das novas tecnologias - e especificamente a instrumentalização das redes sociais - como importante fator a ser levado em consideração no meio político, uma vez que entende-se que um governo que tem domínio da informação estatal e consegue realizar a disseminação dela de forma monopolizada, planejada e segura, atendendo aos interesses do Estado, está em vantagem quando comparado a regimes que não conseguem realizar o mesmo e que acabam muitas vezes perdendo legitimidade para atores nacionais que exercem o uso eficiente das novas

¹⁴ WRISTON, Walter B. O crepúsculo da soberania. São Paulo: Makron Books, 1994. p.22.

tecnologias de comunicação (CASTELLS, 2005). O exercício deste controle hoje está sendo desafiado com a evolução das tecnologias da informação e, para o escopo deste trabalho e no caso específico das redes sociais, pode-se considerar que um caso exitoso de uma sociedade que aproveita os benefícios e sabe se utilizar da tecnologia é aquela com menor índice de notícias falsas produzidas e disseminadas, por exemplo.

Além de abordar as definições sobre o termo “redes sociais”, Braun (2012) também discorre ao longo do capítulo sobre as formas de manipulação e coerção que podem existir dentro do meio das redes sociais, diferenciando a capacidade dos Estados em exercer essa forma de dominação e como usuários comuns também conseguem exercê-la. “Um indivíduo define seu lugar em uma rede social através de decisões conscientes e inconscientes, mas a posição também é resultado de fatores que não podem ser influenciados pelo indivíduo” (BRAUN, 2012, p. 114), Aqui está um ponto central e particular sobre a disseminação de informações nas novas mídias, uma vez que para que certo assunto gere engajamento e, conseqüentemente, destaque político, não é suficiente apenas uma “propaganda unilateral”, mas a interação de diversos usuários, englobando um número maior de indivíduos que terão acesso a determinada informação (OLIVEIRA, 2010). Por isso, pode-se observar que a formação da uma opinião coletiva se torna inerente aos usuários das redes sociais digitais, que justamente objetivam a comunicação e informação através de outras publicações e postagens, podendo interagir com elas e gerar uma cadeia de comunicação quase que ilimitada - até o alcance de qualquer usuário em qualquer lugar e a qualquer momento.

Por fim, corroborando com os argumentos defendidos por Braun (2012) e por Oliveira (2010), Marteleto (2001) cita a dinâmica das redes, explicando que:

Diferente das instituições, as redes não supõem necessariamente um centro hierárquico e uma organização vertical, sendo definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa de elos entre seus diferentes membros, orientada de forma associativa. Sua estrutura extensa e horizontal não exclui a existência de relações de poder e de dependência nas associações internas e nas relações comunidades externas. (COLONOMOS, 1995¹⁵, p. 22-24, *apud* MARTELETO, 2001, p. 73).

Assim, a autora conclui que para compreender a dinâmica de disseminação de informações através de redes sociais deve-se “[...] considerar as relações de poder que advém de uma organização não-hierárquica e espontânea” (MARTELETO, 2001, p. 73). Seguindo esta lógica, deve-se considerar o que é relatado, como é relatado, quem relata e o caráter do meio de comunicação, pois, de fato, tudo isso gera implicações para a mensagem percebida

¹⁵ COLONOMOS, Ariel. Sociologie des réseaux transnationaux: communautés, entreprises et individus. Paris: l’Hartmann, 1995.

por cada usuário. Essas peculiaridades contribuem para que haja uma superabundância de informações que bombardeiam os leitores atualmente, podendo trazer efeitos prejudiciais àqueles que desejam se informar principalmente através das redes sociais, ao dificultar tanto a visualização do todo quanto o discernimento do que é real ou falacioso.

Como será dissertado nas próximas seções, uma das consequências desta enxurrada de notícias é a emergência do fenômeno das *fake news* nas redes sociais. Com o intuito de evidenciar o uso das redes sociais como fonte de informações de cunho político, será discutido o aumento da disseminação do que é considerado *fake news*, um dos fenômenos que surge com maior intensidade justamente a partir da popularização de transmissão de informações políticas pelas redes sociais e que tem demonstrado expressivo impacto na formação da opinião pública - e, conseqüentemente, na tomada de decisão política de alguns países.

4 DISSEMINAÇÃO DE *FAKE NEWS* COMO FERRAMENTA POLÍTICA

O avanço das redes sociais como forma de comunicação e de compartilhamento de informações, que foi desenvolvido até aqui, culminou em uma série de fenômenos e consequências na maneira como vemos e participamos da política, inclusive, na formação da opinião pública. A maior disponibilidade de informações e as diferentes narrativas se misturam em um mar de notícias que, apesar de informarem, também confundem os leitores levando-os à desorientação (FARIAS; CARDOSO; OLIVEIRA, 2020). Neste cenário, é aflorado o que hoje conhece-se como compartilhamento de *fake news* quanto a assuntos políticos, como ferramenta de manipulação de informações e de convencimento popular, influenciando intenções políticas nacionais e internacionais.

Por conseguinte, no presente capítulo será desdobrado como o fenômeno das *fake news* surgiu e se alastrou globalmente nos últimos anos, enfatizando o canal de transmissão via redes sociais. Em seguida, serão abordados os impactos da intensificação do compartilhamento de notícias falsas na formação de opinião pública e nos processos políticos nacionais, de maneira a investigar a tese defendida neste trabalho que busca compreender se o fenômeno das *fake news* de cunho político pode afetar as relações exteriores de um Estado em questão ao influenciar a opinião pública. Por fim, também será apresentado um estudo de caso do cenário político nacional brasileiro durante a campanha eleitoral e o governo de Jair Messias Bolsonaro, a fim de melhor elucidar a possível relação entre a disseminação de *fake news* na formulação de política externa.

4.1 A EMERGÊNCIA DO FENÔMENO DAS *FAKE NEWS* NO MEIO DIGITAL

Com a recente trivialização do acesso às redes sociais e da criação e consumo de conteúdo online, torna-se cada vez mais fácil a disseminação de informações entre usuários do mundo todo. Notícias atravessam o planeta em questão de segundos, assuntos viralizam antes mesmo que seja uma preocupação checar a sua veracidade. Apenas como exemplo para melhor evidenciar a dimensão da quantidade de informações produzidas e compartilhadas, dados apontam que “[...] as métricas de postagem do YouTube indicam que diariamente os usuários do canal postam 7 mil horas de conteúdo noticiosos, não mediado pelos veículos de comunicação [...]” (FARIAS; CARDOSO; OLIVEIRA, 2020, p. 74). Isto é, hoje notícias e informações são publicadas e consumidas em larga escala, sem que haja necessariamente compromisso com a realidade.

No entanto, apesar da evolução das tecnologias da informação serem benéficas ao democratizar e horizontalizar o acesso a notícias e acontecimentos, a criação e compartilhamento desenfreado de postagens tem prejudicado o processo de informação. Diante da facilidade de se introduzir novas informações na Internet, aumenta-se a dificuldade em discernir o que é legítimo e verdadeiro e o que não passa de notícias falsas (OLIVEIRA, 2010). Uma série de variáveis permitem a intensificação deste fenômeno e corroboram para que os usuários se comportem desta forma, desde como já citado o avanço das tecnologias de informação, até mudanças políticas, sociais e culturais fomentadas pelo processo de globalização. Assim, este contexto de transmissão de informações via redes sociais propiciou a emergência de um fenômeno mundialmente conhecido por *fakes news* - tradução literal, as notícias falsas.

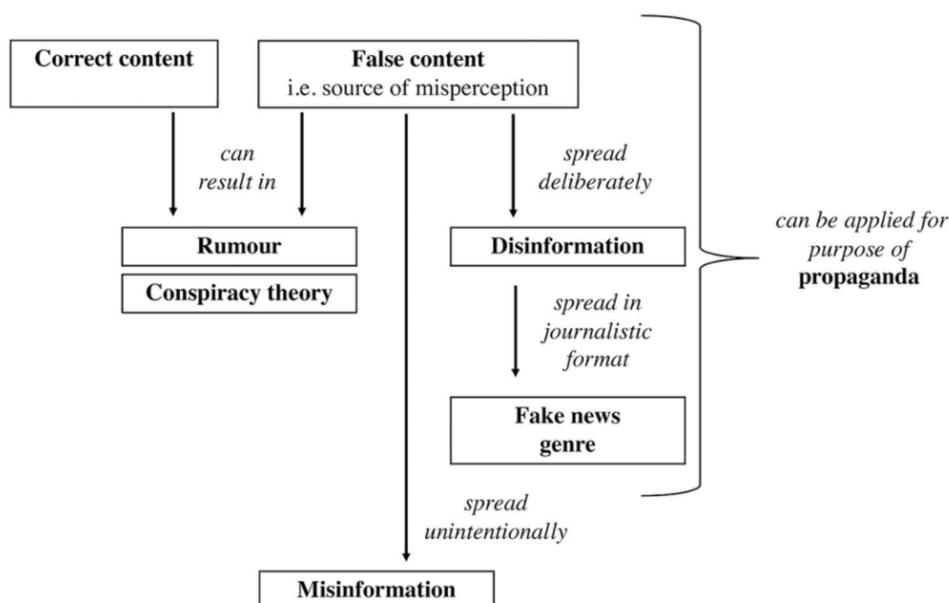
Originalmente, a expressão “*fake news*” era utilizada em programas de sátira para assuntos políticos, misturando notícias reais com o caráter sensacionalista. Não obstante, salienta-se que no âmbito político o uso de notícias falsas como estratégia de perseguir e conquistar os interesses estatais não é novidade, podendo ser observado em propagandas políticas, em períodos de guerra e invasões territoriais, na Guerra Fria, etc., uma vez que é capaz de abafar situações e por vezes controlar a opinião pública quanto a determinados acontecimentos. Nos últimos anos, o termo *fake news* começou a ser utilizado e ganhar notoriedade em torno do ano de 2017, a partir da propagação assídua do ex-presidente estadunidense Donald Trump em uma rede social, com intuito de caracterizar a desinformação online (MENESES, 2018; PAULA; SILVA; BLANCO, 2018; EGELHOFER; LECHER, 2019). Conforme Meneses (2018), o conceito acabou sendo banalizado e utilizado para descrever uma série de fenômenos, de forma a perder um significado específico. Por definição em dicionário, as notícias falsas são “[...] quaisquer notícias e informações falsas ou mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens” (FAKE NEWS, 2021).

Ainda, Meneses (2018) busca encontrar uma definição para a expressão e justificá-la em seu estudo, através de uma extensa revisão bibliográfica, com o objetivo de que seja possível criar ferramentas de combate mais eficazes e eficientes contra disseminação de *fake news*. Para ele, as *fakes news* podem ser definidas como “[...] um documento deliberadamente falso, publicado online, com o objetivo de manipular os consumidores” (MENESES, 2018, p. 47), isto é, são notícias que carecem de fontes e veracidade de informações, criadas com o objetivo e intencionalidade de influenciar e manipular os leitores, - ou seja, quem produz a

notícia tem a intenção de enganar os leitores de maneira a beneficiar-se de alguma forma. Assim, Meneses classifica um propósito particular das notícias falsas de influenciar os leitores, possibilitando traçar um paralelo com o fenômeno político. Tanto Meneses (2018) quanto Castillo, Santos e Castro (2020) corroboram com a ideia de que “[...] as *fakes news* não são só um fenômeno comunicacional, mas também político [...]” (CASTILLO; SANTOS; CASTRO, 2020, p. 15), ao encontro da hipótese defendida neste trabalho de que os avanços comunicacionais geram mudanças políticas e sociais na sociedade.

Seguindo a mesma dinâmica de pensamento, as autoras Egelhofer e Lecheler (2019) remontam a origem e disseminação a partir do diagrama exposto na Figura 5. Segundo as autoras, tanto um conteúdo falso quanto um verdadeiro podem originar o que são chamados de rumores e teorias da conspiração pelos leitores. No entanto, os conteúdos falsos também levam a duas outras consequências, a disseminação de informações erradas ou a desinformação. A primeira representa aqueles conteúdos falsos que foram compartilhados sem que haja outras intenções e interesses por trás. Por outro lado, a desinformação, assim como apresentado também por Meneses (2018) e por Wardle e Derakshan (2017), é a situação que origina o fenômeno das *fake news*, por se tratar de notícias falsas criadas com a intenção de prejudicar um ator, indivíduo ou instituição. Assim, o estado de desinformação pode ser visto como uma estratégia de manipulação da opinião pública para fins políticos (DOURADO, 2020).

Figura 5 - Esquema sobre a origem das *fake news*



Fonte: Egelhofer e Lecheler (2019)

Outra forma abordagem foi aprofundada por Paula, Silva e Blanco (2018), ao realizarem um estudo com o intuito de relacionar o conceito de pós-verdade com o de *fake news*. Para os autores analisados, as pós-verdades são classificadas como relativistas, isto é, informações que podem variar dependendo do contexto. Farias, Cardoso e Oliveira (2020) também mencionam a evolução das tecnologias da informação com a emergência da pós-verdade, em que há um deslocamento distorcido de um acontecimento ou fato, podendo acompanhar uma interpretação ambígua do que é apresentado. Por sua vez, as notícias falsas “[...] são informações noticiosas que buscam alertar o público para alguma situação ou retratar um ponto de vista de um acontecimento [...] possui parte ou todo seu conteúdo composto de informações inverídicas” (PAULA; SILVA; BLANCO, 2018, p. 2).

Neste sentido, os autores buscam caracterizar as *fake news* através da avaliação de três perspectivas metodológicas diferentes: a primeira refere-se a uma dimensão descritiva, em que busca-se identificar elementos básicos que devem estar contidos em uma fonte de informação, como título, autoria e conteúdos originais para públicos específicos; já a segunda trata sobre a dimensão analítica, na qual realiza-se uma análise do conteúdo da notícia e checagem das informações; por fim, a terceira característica está relacionada a uma dimensão estrutural, na qual avalia-se a formatação de identificação das notícias falsas (PAULA; SILVA; BLANCO, 2018). Destaca-se que a configuração visual de notícias falsas pode assumir diferentes formatos, podendo ser expostas por meio de vídeos, memes, imagens, textos etc. (MENESES, 2018), mas atendem a algumas características particulares, comuns e recorrentes nas plataformas digitais, como a redução da contextualização da notícia, com informações diretas, curtas e superficiais, geralmente com discursos informais que facilitam a manipulação do leitor (PICCININ; CASTRO; CASTILLO, 2019; EGELHOFER; LECHLER, 2019; FARIAS; CARDOSO; OLIVEIRA, 2020).

As *fake news* encontram nas redes sociais um lugar propício para disseminação em larga escala. É oportuno citar os estudos de Joseph Nye (2002) sobre o “paradoxo da abundância”, no qual argumenta-se que o aumento exacerbado da quantidade de informações proporcionado pelas redes sociais acarreta a carência de atenção dos leitores sobre as informações divulgadas, assim como na defasagem da habilidade de interpretação das leituras realizadas. Conforme o autor, “[...] a atenção, não a informação, passa a ser o recurso escasso, e quem adquire poder são os mais capazes de distinguir os sinais valiosos em meio à celeuma” (NYE, 2002, p. 121). Assim, a atenção se torna inversamente proporcional à quantidade do fluxo de informações.

Ainda, outro fator que contribui para a que as redes sociais se tornem espaços convenientes de divulgação de notícias falsas, ressalta-se o processo de hiper individualização característico do meio digital e da dinâmica das redes sociais, no qual predomina nas plataformas virtuais a ilusão de um espaço livre, sem regras, mediadores ou punições (CASTILLO; SANTOS; CASTRO, 2020). Piccinin, Castro e Castillo (2019) e Meneses (2018) também destacam a falta de regulamentação no meio digital, em que muitas vezes a impunidade prevalece por falta de mecanismos de caracterização e definição das consequências da disseminação de notícias falsas. Outro fator atrativo que propicia o compartilhamento de informações falsas é a facilidade de qualquer usuário começar debates ou comentar temas polêmicos e perigosos de serem feitos presencialmente, garantindo seu anonimato no mar de usuários que interagem com a publicação (DOURADO, 2020). Ademais, com a popularização das ferramentas de montagem, torna-se mais fácil para qualquer um modificar e manipular mídias que servem de fonte para informações falsas.

Ao mesmo passo, salienta-se a facilidade em obter algum retorno - sobretudo financeiro - na divulgação de notícias nas redes sociais, com o processo de monetização de publicações, *likes*, comentários e interações. Assim, passa-se a ambicionar um maior alcance do que é postado do que manter o compromisso com a verdade de fato. Adicionalmente aos motivos citados acima, o estudo apresentado por Piccinin, Castro e Castillo (2019), apontam-se três outros fatores que podem propiciar o fomento da disseminação de notícias falsas nas redes sociais, sendo o primeiro deles a redução de assimetrias entre o mundo da produção midiática e o do usuário ou consumidor, o que fragmenta a poder detentor e disseminador de informações, não sendo mais exclusivo dos grandes veículos de comunicação das mídias tradicionais. Isto é, a partir das redes sociais os indivíduos podem redigir, editar e publicar as informações conforme sua vontade, sem necessariamente possuir algum compromisso com a verdade e podendo estar embasada apenas em opiniões, facilitando o compartilhamento de notícias falsas. O segundo fator ressaltado é justamente o aumento da desconfiança nas instituições e nos meios de comunicação tradicionais, levando a deslegitimação destas perante à sociedade. Por fim, o terceiro refere-se ao aumento dos meios conectivos como fonte de informação, favorecendo a permeabilidade das redes sociais ao compartilhamento de fake news.

Neste sentido, após todas as razões citadas acima, pode-se concluir que as redes sociais se tornaram um catalisador para disseminação de notícias falsas, especialmente pode-se perceber a acentuação deste fenômeno no âmbito político recentemente, sobretudo ao analisar a campanha presidencial estadunidense do ano de 2016. Um dado interessante a ser

citado é a conclusão Silverman *et al.* (2016), em conjunto com o *Buzzfeed News*, que averiguou que as reportagens que contém conteúdos falsos compartilhadas no Facebook geraram maior engajamento nas redes sociais durante a eleição estadunidense que as notícias reais.

Tendo em vista a rápida escalada do fenômeno das *fake news*, devido à significativa aceitação dos usuários para com este tipo de conteúdo, é possível notar efeitos das notícias falsas na formação da opinião pública e impactos em sistemas políticos. Um ponto que serve de comprovação para esta hipótese é a ação de vários atores que estão realizando esforços conjuntos de combate à disseminação de notícias falsas, especialmente via redes sociais. Uma das medidas é a criminalização da divulgação dessas informações, por parte dos Estados, assim como a parceria com plataformas de compartilhamento - como o Google, Facebook, Twitter, Whatsapp - para que sejam identificados contas e usuários que postam com certa frequência *fake news* (VALENTE, 2019). Além disso, os próprios veículos de comunicação tradicionais têm investido para aumentar a credibilidade da imprensa, sobretudo através do que é chamado de letramento midiático dos usuários das redes sociais, com o objetivo de ensinar os indivíduos a consumirem e melhor interpretarem as informações recebidas (ALMEIDA, 2018).

Ainda, medidas políticas estão sendo desenvolvidas por líderes internacionais, mais uma vez evidenciando o espaço expressivo que este fenômeno tem tomado nas relações políticas, tornando-se pauta de debates internacionais e gerando preocupação aos principais líderes mundiais. Portanto, pode-se dizer que o fenômeno recente de viralização de notícias falsas, que está em destaque no cenário internacional, assume importância ao ser capaz de influenciar e moldar a opinião pública sobre acontecimentos políticos. No próprio contexto político doméstico do Brasil podemos observar ações semelhantes, como por exemplo a abertura do “inquérito das fake news”, que apura ameaças e informações falsas publicadas contra os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na próxima subseção serão discutidas as formas que as *fake news* impactam na formação da opinião pública e no processo de tomada de decisão política, com o intuito de endossar a tese de que um alto índice de compartilhamento de notícias falsas em no âmbito político doméstico de uma país gera impactos na formulação e execução de política externa do mesmo, através da manipulação da opinião pública.

4.2 O PAPEL DAS *FAKE NEWS* NA ESFERA POLÍTICA A PARTIR DO CONDICIONAMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA

Cada vez mais percebe-se o ingresso de instituições governamentais, políticos e atores nos espaços digitais proporcionados pelas redes sociais, como reação às novas formas de comunicação e como adaptação aos meios de se comunicarem, buscando ampliar as maneiras de influenciar e formar a opinião pública a seu favor (OLIVEIRA, 2010). O compartilhamento de notícias e publicação de opiniões sobre assuntos se tornou parte da dinâmica política, como forma de expor ao público os valores e prioridades de cada candidato de maneira direta, próxima e interativa. Ao mesmo tempo, passa-se a cobrar da sociedade um posicionamento quanto aos mais diversos temas e cria-se uma cultura de compartilhamento de notícias como forma de inserir-se em grupos sociais (FARIAS; CARDOSO; OLIVEIRA, 2020).

Essa nova forma de comunicação colabora com a noção de que as mídias exercem papel fundamental na formação e tomada de decisão política, o que pode ser fundamentado pela teoria de Joseph Nye (2002) sobre *soft power*. Segundo Oliveira (2010, p. 256), “o poder deve ser visto como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, razão pela qual, expressa a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos”, ou seja, engloba a capacidade que um corpo político tem de influenciar indiretamente outros agentes. Assim, apesar de não se tratar de um agente estatal, as redes sociais podem deter a capacidade necessária para serem classificadas dentro da teoria de *soft power*, ao conseguirem influenciar e condicionar circunstâncias políticas, através de mudanças na formação da opinião pública. Se torna importante para um Estado, por exemplo, ter acesso aos meios de comunicação para exercerem maior influência na formulação de questões.

Ao relembrarmos os conceitos definidos por Lippmann (1997) sobre opinião pública - como foi descrito no segundo capítulo - é possível inferir que a intensificação da disseminação de notícias falsas via redes sociais permite a distorção das “imagens interiores às mentes individuais” do que é classificado por ele como pseudoambiente (ALBANUS, 2018), compactuando com o condicionamento da opinião pública. Essa distorção se torna capaz de alterar significativamente a tendência e formação da opinião pública sobre determinados assuntos (POZOBON; KEGLER, 2020). Em concordância à esta lógica, Cardoso (2019) pontua que:

As notícias falsas tendem a influenciar a opinião pública e criar insegurança, desconfiança, desestabilização para apoiar ou desacreditar ou, às vezes, simplesmente divertir os leitores. Em última análise, elas são um meio de obter seguidores, perfis e usuários de redes sociais para estimular um movimento, um interesse econômico ou de marca ou de uma pessoa. (CARDOSO, 2019, p. 121).

Mesmo com as facilidades implementadas com o surgimento das redes sociais, é válido salientar que o processo de compartilhamento de informações, tanto no envio quanto no recebimento, é extremamente complexo. Estudos sobre o assunto devem levar em conta diversas variáveis, por exemplo, “o processo de criação das notícias (*newsmaking*) e todas as variáveis presentes durante a seleção dos fatos que serão transformados em notícias” (OLIVEIRA, 2010, p. 382). A questão da credibilidade está diretamente associada ao fenômeno do compartilhamento de notícias falsas e sua influência na esfera política. Conforme Nye (2002, p. 121),

Ao contrário da interdependência assimétrica no comércio, no qual o poder é dos que conseguem obstar ou romper os vínculos comerciais, no fluxo da informação, o poder é de quem tem capacidade de editar e validar com autoridade a informação, selecionando tanto o que é correto como o que é importante.

Portanto, Oliveira (2010) traz um importante ponto para o debate sobre o poder da disseminação das informações, uma vez que, mesmo que sejam notícias falsas, deve-se deter a capacidade de chamar a atenção de determinado público-alvo e conseguir a credibilidade necessária para colocar determinado assunto ou situação em destaque.

Ainda, estudos apontam o uso de *fake news* como uma estratégia política para deslegitimar demais canais de informação, especialmente aquelas que poderiam criticá-los e prejudicar sua reputação política - como podia ser observado nas redes de televisão. Nesta lógica, sugere-se que estes canais seriam politicamente tendenciosos, com o intuito de minar a confiança do público com relação aos meios de comunicação tradicionais - que muitas vezes desempenham papéis fundamentais em sistemas democráticos (POZOBON; KEGLER, 2020). Também se ressalta a influência que a elite política possui na formação da opinião pública e como o aprofundamento do fenômeno das *fake news* pode alterar a percepção individual do ambiente político (EGELHOFER; LECHER, 2019). Desta maneira, pode-se inferir que as *fake news*, ao adquirirem relevância e papel estratégico em campanhas políticas, são capazes de influenciar a formação da opinião pública.

Em mesmo sentido, a emergência das *fake news* via redes sociais no âmbito político surge como estratégia de manipulação por parte dos candidatos como forma de alcançar seus objetivos. Neste contexto de superabundância de informações, muitas postagens de *fake news*

utilizam-se de recursos já listados - como textos curtos ou imagens chamativas, com títulos exagerados e por vezes sensacionalistas - para sua viralização e, por conseguinte, maior alcance de determinado perfil aos demais usuários (PAULA; SILVA; BLANCO, 2018). Assim, a partir da verificação de sucesso daqueles que seguem esta estratégia em popularizarem seu nome, cria-se uma indústria política neste meio informacional, como modo de alavancar candidatos políticos entre os usuários. Por exemplo, muitas das notícias falsas disseminadas hoje nas redes sociais são criadas a partir de robôs ou programas que geram a informação conforme são os dados selecionados por seus autores para alimentar o sistema de geração de notícias, de forma a dificultar o rastreamento de um “autor” para culpar e facilitando o compartilhamento (MENESES, 2018). Desta forma, o controle sobre o que os usuários devem ou não ter acesso - assim como quantas vezes, de que forma e por qual canal - se tornou um ramo lucrativo dentro do desenvolvimento das redes sociais, fomentando o compartilhamento de notícias com maior possibilidade de repercussão, independente se seus conteúdos são verdadeiros ou não.

Outro fator importante que permitiu a intensificação do compartilhamento de notícias falsas e a eficiência destas para objetivos políticos foi a manipulação feita por algoritmos, que idealizam um espaço conhecido como “bolhas” de relações sociais, que compreendem usuários que compactuam com as mesmas ideias e opinião, criando novamente uma falsa percepção da realidade (CASTILLO; SANTOS; CASTRO, 2020). É importante destacar que os usuários que só se informam através de redes sociais estão mais propícios a passar por uma “segregação ideológica das informações”, conforme sua bolha de amizades e interações. Neste sentido, a Internet perde seu caráter democratizador de informações e cria um ambiente de falso debate, uma vez que as informações de uma forma ou de outra tendem a corroborar com opiniões já formadas (PICCININ; CASTRO; CASTILLO, 2019). Esta segregação propicia a disseminação de notícias falsas, uma vez que a alta quantidade de notícias direcionadas ao usuário e relacionadas aos conteúdos consumidos passam certa credibilidade à informação, além de ser mais fácil a aceitação de notícias as quais o usuário compartilha opiniões (FARIAS; CARDOSO; OLIVEIRA, 2020).

Adicionalmente, Dourado (2020) aborda em sua tese alguns casos em que as *fake news*, demonstrando que estas, mesmo antes da era digital, eram utilizadas como ferramenta de poder a fim de manipular a opinião pública. Um dos exemplos apontados foi a luta pelo poder entre o general Marco Antônio e Otaviano, filho de Júlio César, após a morte de seu pai. Como estratégia política de desqualificar seu adversário, Otaviano passa a espalhar

boatos e inverdades sobre Marco Antônio com o intuito de ter apoio popular e herdar o lugar de seu pai.

Já com a criação dos meios virtuais, pode-se citar três exemplos práticos e originários em que a opinião pública foi influenciada pelo fenômeno das *fake news* disseminadas sobretudo via redes sociais digitais, com exceção do caso brasileiro que será explorado em maiores detalhes na próxima subseção: a eleição estadunidense de 2016, as eleições francesas de 2017 e o referendo do Brexit. Em todos os casos, as notícias foram veiculadas tanto pelas mídias tradicionais quanto pelas digitais e foi possível evidenciar a força e o impacto significativo que a última teve nas consequências de cada cenário, seja na eleição de Donald Trump, seja na saída do Reino Unido da União Europeia (CARDOSO, 2019).

A preocupação com relação ao poder das notícias falsas no ambiente político e na opinião pública já é percebido desde antes, como é visto quando Barack Obama assinou a *Portman-Murphy Countering Disinformation and Propaganda Act*, conhecida como Lei de Combate à Propaganda e Desinformação (FARIAS; CARDOSO; OLIVEIRA, 2020). Como abordado anteriormente, há também um esforço corporativo entre as grandes empresas de barrar o avanço do fenômeno das *fake news*, em conjunto a financiamentos governamentais, em que empresas e instituições se comprometem a criar barreiras digitais e punições para aqueles usuários disseminadores.

Por fim, destaca-se que a análise da disseminação de *fake news* individualmente, como proposto neste trabalho, não é o suficiente para abordar as mudanças expressivas que as redes sociais impactaram e impactam na formação da opinião pública. A avaliação isolada deste fenômeno serve com o propósito de verificar como ele tem força e ganha proporção na nova era digital, mas não retrata o cenário completo e as consequências gerais da evolução tecnológica dos meios de comunicação na opinião pública.

Na próxima e última subseção deste trabalho será realizado um estudo de caso do cenário político brasileiro, com o intuito averiguar a possibilidade da intensa disseminação de notícias falsas impactarem a formulação de política externa, através da influência da opinião pública, ao aplicar o desenvolvimento teórico acima em um caso concreto.

4.3 O CASO BRASILEIRO

Tendo em vista o que foi relatado até então quanto a influência das redes sociais, sobretudo das *fake news*, na formação da opinião pública, pode-se considerar a possibilidade desta relação impactar a resolução de política externa de um país. Ao pensarmos em casos

práticos, é oportuno avaliar o cenário político doméstico brasileiro, baseando-se na forte incidência de notícias falsas que se tornou presente nos últimos anos. Assim, será possível verificar se pode-se observar a instrumentalização das *fake news*, durante o período que engloba desde a campanha presidencial de 2018 até o governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), como ferramenta de manipulação e contenção da opinião pública no que tange à legitimação da política externa executada no mesmo período. Será dissertado ao longo desta subseção algumas das decisões e os eventos observados no âmbito da política externa brasileira durante o período que podem evidenciar esta relação.

No entanto, é importante destacar que o Brasil é apenas um dos países que sofrem consequências políticas com a intensificação do compartilhamento de notícias falsas, visto que este fenômeno tem relevância e abrangência globais. Além do tradicional exemplo já citado do cenário estadunidense nas eleições de Donald Trump, nações como Áustria, Bulgária, Camboja, República Checa, Egito, França, Itália, Noruega, Rússia, África do Sul, Turquia e Reino Unido também sofreram e sofrem as consequências da disseminação desenfreada de *fake news* (EGELHOFER; LECHER, 2019).

4.3.1 Breve contextualização do cenário político brasileiro

No Brasil, a popularização do compartilhamento acelerado de notícias falsas através das redes sociais é notável a partir da campanha eleitoral majoritária do ano de 2018, na qual observa-se o início do processo de polarização política presente no contexto doméstico brasileiro, o que propiciou o afloramento de variáveis necessárias para instaurar um cenário de desinformação e disseminação de *fake news* - principalmente através das redes sociais (EGELHOFER; LECHER, 2019). Pode-se pensar em alguns fatores que podem ter permitido esta polarização e a intensificação da disseminação de *fake news* na esfera política nacional brasileira, como por exemplo a forma com que foram veiculados os escândalos de corrupção pelos tradicionais veículos de comunicação durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que culminou no consequente descrédito popular das instituições democráticas e órgãos governamentais e, no fim das contas, na vitória nas urnas de Jair Messias Bolsonaro (DOURADO, 2020; SOUSA, PETROLL, ROCHA, 2019).

Nota-se que esses fatores corroboram para o fomento da polarização política nacional e propiciaram um ambiente próspero ao compartilhamento de notícias falsas online, uma vez que a alta polarização e o uso das redes sociais como meio de informação e comunicação culminam na criação de “bolhas de informação”, como exposto no terceiro capítulo. Desta

forma, os algoritmos desempenham suas funções e fomentam a disseminação de *fake news*, com o intuito de mostrar conteúdos que retenham a atenção do usuário à rede - isto é, selecionando notícias que são consideradas relevantes ao leitor em questão e, conseqüentemente, encolhendo o leque de narrativas (CASTILLO; SANTOS; CASTRO, 2020).

Ainda, é relevante salientar o crescimento do sentimento de desconfiança entre os brasileiros com relação às mídias tradicionais, o que também fomentou na procura de informações pela Internet já que as mídias tradicionais passam a ser vistas como enviesadas e imparciais no que tange o compartilhamento de notícias. Assim, a partir da observância dessa revolução comunicativa e informativa em conjunto com o aumento dos acessos às redes sociais levaram a classe política à adoção de estratégias que pudessem beneficiá-los, aderindo às redes sociais como canal de comunicação direta com os cidadãos (SOUSA, PETROLL, ROCHA, 2019).

As redes sociais, por sua vez e como já visto, desempenham papel fundamental como meio de propagação de notícias falsas, visto que as informações compartilhadas possuem caráter de alto teor emocional atrelado, apelando para elementos sensacionalistas e chamativos. Conforme Dourado (2020), esse fenômeno é intensificado ao observarmos o cenário brasileiro ao ser relacionado com a emergência dos pensamentos e opiniões “antissistema” da extrema direita, vinculado ao que a autora acredita se configurar em uma mudança de tom de cima para baixo. Ainda, ressalta-se que ao surgimento de novos meios de disseminação de informações através das plataformas virtuais e, conseqüentemente, a facilidade de disseminação de informações, que também propiciaram o processo de “reconfiguração da paisagem informativa” da sociedade brasileira no ano de 2018, “[...] com o surgimento de novos líderes de opinião e novos movimentos sociais, bem como de processos de acirramento e radicalização da política mais do que em qualquer outro período da história recente” (DOURADO, 2020, p. 4).

Essa reconfiguração pode ser evidenciada atualmente no contexto brasileiro, como aponta a pesquisa do DataSenado (2019) sobre o comportamento dos indivíduos nas redes sociais, que revelou que “mais de 40% já decidiram voto com base em informações obtidas em rede social” (DATASENADO, 2019). Comprovada a hipótese de que as *fake news* impactam a formação de opinião pública, será verificado na próxima subseção se pode-se observar a relação de interferência mútua entre opinião pública e formulação de política externa, a fim de que seja evidenciado os efeitos das *fake news* na política externa de um país. Para isso, será desenvolvida uma análise sobre o estudo de caso, levando em consideração o

cenário político nacional do Brasil, minado por notícias falsas, e seus possíveis impactos na formulação de política externa brasileira.

4.3.2 *Fake News* e Política Externa: eleições de 2018 e o governo de Jair Bolsonaro

A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 é um momento marcante para a consolidação da posição da direita conservadora no poder, uma vez que Bolsonaro possui um papel fundamental na articulação do grupo no Brasil. Nesse contexto, e apesar da política externa brasileira (PEB) tradicionalmente possuir certa independência da orientação política e ideológica dos governantes, percebe-se uma ruptura da convencional condução pragmática da política externa brasileira com a ascensão da direita ao poder, especialmente no período governado por Bolsonaro, tendo em vista uma série de mudanças que são feitas a partir de então (GALINARI, 2019).

Schutte, Fonseca e Carneiro (2019) defendem que o governo Bolsonaro se utiliza da PEB como forma de fortalecer sua posição na política doméstica, adotando medidas no âmbito internacional com o intuito de satisfazer às demandas internas da sua base eleitoral, influenciando a dinâmica política nacional. Contudo, esse bloco eleitoral é composto por grupos bastante heterogêneos, os quais Bolsonaro tenta unir no seu discurso em uma característica comum: o ideal de “cidadão de bem” que vingará o povo da corrupção dos governos anteriores. A necessidade expressa é por alguém - um herói - que ponha ordem no sistema político nacional. Assim, a ideologização da política externa se torna uma maneira que o governo Bolsonaro encontrou de satisfazer o clamor popular e demonstrar ações “concretas” de medidas que estão sendo tomadas, ao atender às demandas desse determinado grupo (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019; GALINARI, 2019).

Para elucidar essa hipótese de instrumentalização da política externa, os autores definem dois grupos nacionais conflitantes. Segundo Schutte, Fonseca e Carneiro (2019), no âmbito da gestão política, há um coletivo preza pelo pragmatismo econômico e prioriza os interesses comerciais na condução da política externa, ao passo que o outro coletivo, conhecido como a ala “olavista”, prefere conduzir a política externa priorizando uma orientação ideológica conservadora. O governo de Bolsonaro, como é anunciado explicitamente, adota as ideias do segundo grupo, inclusive com figuras importantes do governo se autodeclarando olavistas. Ao aplicar ao caso brasileiro, os autores ressaltam que os eleitores do Bolsonaro se definem como conservadores de direita, desprezando tudo que for ligado ao antigo partido de esquerda que esteve no poder. A partir desta premissa, passa-se a

observar a formulação de política externa com alto teor de ideologização, demonizando tudo aquilo que remete ao espectro social da política, em prol dos ideais pregados pela extrema direita.

Assim, certos acontecimentos têm marcado a forma que o governo Bolsonaro guia a formulação e execução de política externa. Concomitantemente, o Brasil e o mundo passam por um aumento desenfreado no compartilhamento de notícias falsas nas redes sociais. Neste sentido, pode-se verificar o uso e compartilhamento de *fake news*, com objetivos políticos, por Jair Bolsonaro desde sua campanha eleitoral, com o intuito de satisfazer sua base eleitoral - que, como já exposto até então, possui a peculiaridade de buscar informações que compactuem com seus pensamentos, antes de priorizar a verdade. A hipótese a ser investigada nesta subseção é se este comportamento na política nacional, por sua vez, é expresso em consequências no âmbito internacional, por meio da política externa.

Abaixo, serão destacadas as principais *fakes news* identificadas na formulação de política externa e que foram disseminadas por Bolsonaro e sua equipe, com o intuito de elucidar a relação entre as notícias falsas, formação de opinião pública e instrumentalização da política externa. No entanto, é importante salientar que, apesar de nem todos os exemplos que serão citados sobre notícias falsas compartilhadas por Bolsonaro foram publicados e divulgados originalmente via redes sociais, mas que estas se tornam o principal meio de propagação de postagens relacionadas às declarações feitas. Esse fato corrobora com uma das hipóteses propostas neste trabalho de que o fenômeno das *fake news* ganha força a partir da popularização das redes sociais - influenciando a opinião pública e, por conseguinte, a formulação da política externa brasileira.

Uma das principais mudanças verificadas na condução de política externa foi o abandono dos laços com países de Terceiro Mundo para priorização do estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos - mais especificamente, da tentativa de aproximação entre o governo Bolsonaro e o governo de Donald Trump. Para isso, Bolsonaro utilizou de uma série de argumentos baseados em *fake news*, compartilhados por Trump, como forma de satisfazer às demandas do seu eleitorado, que acreditam em um suposto sucesso do sistema político estadunidense, como modelo a ser seguido pelo Brasil. Como por exemplo, pode-se citar o compartilhamento de acusações de Bolsonaro de possíveis fraudes no processo eleitoral de 2018 nas urnas eletrônicas - apenas no caso da sua derrota -, assim como Trump havia alegado nas eleições estadunidenses no ano de 2016, para o sistema de votação do país em questão (HIRABAHASI, 2021).

Pode-se observar que a política externa passa a ser conduzida priorizando então a aproximação das relações com os EUA e, para isso, Bolsonaro reflete aquilo que o presidente estadunidense argumenta, como estratégia de evidenciar este alinhamento e procurar extrair vantagens desta relação - o que acabou por ser um esforço não correspondido. Esta postura, endossada pela disseminação de *fake news*, trouxe uma série de efeitos nas relações exteriores do país, uma vez que muitas destas notícias falsas adotadas por Trump e acatadas por Bolsonaro atacam os países em vias de desenvolvimento, o que culminou no afastamento do Brasil com relação aos países do Terceiro Mundo, papel anteriormente que caracterizava a atuação do país em fóruns internacionais e espaços estratégicos (GALINARI, 2019). O afastamento dos países de Terceiro Mundo também acarretou a perda de espaço de liderança regional. Em especial, pode-se citar o enfraquecimento dos laços na região da América Latina, o que possivelmente influenciou no retrocesso do projeto de integração regional que fortalecia o subcontinente.

O compartilhamento de notícias falsas pelo presidente brasileiro e o descaso com nações do Terceiro Mundo é evidenciado em uma série de falas e discursos, ao realizar afirmações preconceituosas e enviesadas, que geram atritos e desconfortos desnecessários para com estas nações. Este cenário pode ter levado à perda de influência e do papel desempenhado pelo país até então em fóruns internacionais de porta-voz das demandas do Terceiro Mundo. Por exemplo, ao que se refere aos países africanos, Bolsonaro afirmou que “[...] os portugueses nem pisaram na África [...]”, menosprezando o doloroso processo de escravidão e tráfico negreiro vividos no período colonial, como mostra reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo em 2018 (GONÇALVES, 2018).

Também, em possível estratégia de aproximação aos EUA, pode-se verificar o afastamento diplomático brasileiro da China, principalmente após a disseminação de *fake news* sobre o Coronavírus ter sido criado em laboratórios chineses intencionalmente, acusando o país de utilizar o vírus como forma de desestabilização mundial - para beneficiá-los de alguma forma (EM NOVA PROVOCAÇÃO..., 2021) - e a insinuação de que a vacina chinesa não seria eficaz no combate da doença, mais uma vez acusando a China de se beneficiar de alguma maneira da pandemia provocada pelo Covid-19 (BOLSONARO..., 2021). Ainda com relação aos atritos com a China, seu filho, Eduardo Bolsonaro, publicou em suas redes sociais uma mensagem afirmando que o Partido Comunista Chinês estaria envolvido em um projeto de espionagem cibernética com a evolução da Internet 5G. Essa notícia infundada trouxe consequências expressivas, levando à embaixada chinesa no Brasil emitir uma nota de repúdio contra as informações falsas disseminadas por Eduardo Bolsonaro,

mais uma vez enfraquecendo as relações diplomáticas entre os dois países (GOMES, 2020). Todas estas notícias falsas compartilhadas causam efeitos na formação da opinião pública, que passa a endossar as ações tomadas por Bolsonaro. No mesmo período, por exemplo, observa-se o aumento de crimes de ódio e preconceito contra indivíduos de origem asiática no Brasil e nos Estados Unidos, em específico com a população de origem chinesa, intensificando a chamada sinofobia (WERNER, 2020; PINHEIRO-MACHADO, 2020).

Adicionalmente, pode-se identificar, por assim dizer, que a aceitação e disseminação de *fake news* por Jair Bolsonaro trouxe certas vulnerabilidades para a soberania brasileira, como pode ser visto nas cobranças recorrentes da comunidade mundial quanto ao aumento do desmatamento da Amazônia, enquanto Bolsonaro dissemina notícias falsas que amenizam seus verdadeiros números e menosprezam às questões de segurança ambiental. Como por exemplo, como noticiado em reportagem publicada no G1, Bolsonaro “[...] divulgou informações falsas sobre a Amazônia e disse que o Brasil não destrói a floresta [...]” em sua visita à Hungria (ROTHIER; MAZUI, 2020). Também é evidenciado na sua fala durante cerimônia de formatura de novos diplomatas do Instituto Rio Branco, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, no ano de 2020, em que afirmou que não haverá “[...] nada queimando ou sequer um hectare de selva devastada [...]” (MAZUI, 2020). Este tipo de omissão da verdade e posicionamento parcial pode estar associado ao aumento do desmatamento de zonas florestais, como a Amazônia, nos últimos anos. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), “[...] o número de focos de incêndio registrados na Amazônia de janeiro a setembro deste ano foi o maior em dez anos” (BOLSONARO..., 2020). Assim, percebe-se uma lacuna de insegurança e desconfiança no espaço nacional brasileiro, deixando-o vulnerável para ataques e proposições políticas sobre a “globalização da Amazônia”, como foram feitos pelo presidente francês, Emmanuel Macron, que não aceitou fechar acordos comerciais entre MERCOSUL e União Europeia sem que haja uma contrapartida em favor do bioma (BOLSONARO..., 2022).

Por conseguinte, após os acontecimentos e eventos citados acima, é possível verificar que o governo Bolsonaro se utilizou da disseminação de *fake news* como forma de manipular a opinião pública a fim de obter respaldo para execução da política externa, sobretudo no que tange à priorização de aproximação aos Estados Unidos. A partir desta constatação, percebe-se a importância que a opinião pública nacional tem ganhado ao analisar-se o processo de tomada de decisão de política externa, uma vez que governos - como o de Bolsonaro - estão utilizando de notícias falsas com o intuito de manter a opinião pública favorável às formulações quanto às relações exteriores do país. Contudo, como consequência

das escolhas do governo Bolsonaro, percebe-se uma tendência cada vez mais acentuada de isolamento diplomático e ideológico do Brasil perante o sistema internacional. De forma oportuna, destaca-se aqui o alerta de Stefanoni (2018) sobre o perigo em manter-se aliado de um governante e não de um país em si, uma vez que Bolsonaro cada vez mais abandona a tradicional agenda multilateralista que o Brasil costuma seguir com o intuito de se aproximar dos EUA e ingressar na “onda conservadora internacional”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo verificar se o uso das *fake news* como ferramenta política na formulação de política nacional de um determinado governo é capaz de afetar as relações exteriores do país em questão, tendo em vista a tendência de aumento da relevância da opinião pública na tomada de decisão política e nas Relações Internacionais. Além do exemplo empírico citado no capítulo acima sobre o cenário político brasileiro e, conforme a retomada histórica feita ao longo deste trabalho, pode-se entender que o uso de notícias falsas na formulação de política externa como ferramenta de apaziguação e alinhamento da opinião pública é uma prática antiga, que foi intensificada com a evolução dos meios de comunicação e, mais especificamente no escopo abordado neste trabalho, com a popularização das redes sociais.

Para melhor elucidar o tema, este trabalho foi dividido em três seções, de maneira a construir um pensamento lógico que se permite a discussão e exemplificação do caso empírico analisado, chegando à conclusão sobre os impactos das *fake news* na política externa. Assim, a primeira seção buscou evidenciar a relação mútua entre política externa e opinião pública, desenvolvendo possíveis perspectivas de ambos os conceitos conforme as teorias de Relações Internacionais, com o objetivo de esclarecer que a política externa não passa de uma política pública nacional, ou seja, formulada e executada pelo governo com o intuito de satisfazer às necessidades de exigências da sociedade. Para isso, foram destacadas as possibilidades de interação dos dois conceitos, tanto no que se refere aos impactos da opinião pública na formulação de política externa, quanto na possibilidade de instrumentalização da política externa como ferramenta de persuasão da opinião pública no ambiente doméstico.

Ao analisarmos esta relação entre fatores internos e externos sobre a ótica das principais teorias de Relações Internacionais, encontramos diferentes perspectivas sobre os impactos da opinião pública na formulação e tomada de decisão de política externa. A vertente realista, por sua vez, desconsidera a análise de fatores domésticos, ao avaliar exclusivamente o agente estatal, anulando a possibilidade de a opinião pública possuir relevância na construção política do sistema internacional. O liberalismo concede maior importância à opinião pública na análise da conjuntura internacional, ao destacar valores democráticos e a relevância do respeito aos interesses dos povos na formulação política. Conforme os autores desta vertente, Joseph Nye e Robert Keohane (1977), as formas de exercer poder poderiam ser divididas entre *hard power* e *soft power*, sendo a última forma um

conceito que engloba a capacidade que um Estado tem de influenciar indiretamente outros agentes. Neste trabalho, o conceito de *soft power* pode ser empregado ao verificar o poder da opinião pública em alterar o processo de tomada de decisão política internacional de um Estado ao formular sua política externa, se tornando um fator relevante aos demais ao ponto de ser interessante manipulá-la.

Contudo, ambas teorias realista e liberal priorizam a separação no que é denominado *high politics* e *low politics*, isto é, a divisão do estudo entre a política nacional e internacional - respectiva e hierarquicamente - na análise de conjuntura nas Relações Internacionais. Então, seguindo este pensamento, a análise da capacidade da opinião pública influir em decisões políticas continua sendo preterida por se tratar de uma variável doméstica, fugindo do modelo estadocêntrico seguido pelo *main stream*.

Por outro lado, é desenvolvido ao longo do capítulo a emergência do construtivismo como teoria de Relações Internacionais, que surge como uma vertente mais atualizada no âmbito acadêmico, ao buscar entender as condições do meio e peculiaridades de cada espaço, como forma de analisar a conjuntura de forma mais acurada e precisa, sem grandes generalizações. Assim, este trabalho assume um viés pós-positivista, por verificar a capacidade dos indivíduos, através da opinião pública, de exercer poder e influência na política internacional. Neste sentido, percebe-se uma preocupação cada vez maior compartilhada entre os chefes de Estado com relação à concordância e apoio da opinião pública, tanto no quesito de esta ser favorável à política externa formulada pelo governante em questão, quanto no fato dele utilizar-se da política externa como uma maneira de satisfazer às bases eleitorais nacionais, legitimando sua posição no poder.

Com o intuito de melhor elucidar e verificar a relação entre os conceitos de opinião pública e política externa, foi abordado também o estudo do renomado cientista político Robert Putnam sobre o Jogos de Dois Níveis (1988), mais uma vez em tentativa de comprovar a mútua influência entre o âmbito político nacional e internacional, tendo em vista o argumento utilizado pelo autor de interligação entre os dois níveis - em analogia a um jogo de tabuleiro - nos quais as decisões e ações tomadas em determinada instância afetam a outra e vice-versa. Este conceito compactua com a hipótese averiguada ao longo desta dissertação de que há sim consequências na política externa de um país conforme o apoio ou não da opinião pública, ao considerar este um fator importante na formulação da política nacional.

Já ao estudar as evoluções acadêmicas sobre o tema, verifica-se a existência de duas principais ondas teóricas que discutem esta interligação, na qual a primeira, denominada pelo Consenso Almond-Lippman, refere-se a uma ótica mais conservadora ao argumentar que a

sociedade e os indivíduos em si não possuem a capacidade intelectual e estratégica para opinar sobre assuntos complexos, como a formulação de política externa. Em seguida, é desenvolvida uma onda mais progressista e de teor revisionista, analisando acontecimentos contemporâneos e os impactos da opinião pública nas relações exteriores. Como por exemplo, é citada a Guerra do Vietnã, na qual a opinião pública estadunidense, por meio dos novos canais de informação da época, foi capaz de frear ações e interferir em medidas políticas internacionais.

Tendo isto em mente e ao encontro deste posicionamento, o presente trabalho segue a lógica de que os indivíduos, empoderados pela opinião pública, podem exercer poder e influência nas relações exteriores atualmente. Este processo é acentuado com o avanço dos meios de comunicação, fator que muitas vezes não é levado em consideração pelas principais correntes teóricas de Relações Internacionais. Ainda, salienta-se que a maior participação da opinião pública no processo de tomada de decisão política não necessariamente está interligada com o aumento ou concretização da racionalidade da sociedade quanto a assuntos políticos, mas está relacionado à maior abrangência de acesso à informações por parte dos indivíduos. A partir da internet e das redes sociais, como será melhor desenvolvido nas próximas páginas, a sociedade passa a tomar conhecimento de mais assuntos e acontecimentos, possuindo espaço para o compartilhamento de opiniões e julgamentos que alcançam números significativos de visualizações, alimentando o ciclo de disseminação de informações. Assim, ultrapassando estes questionamentos quanto à racionalidade da opinião pública no que tange às decisões de política externa, percebe-se a tendência de maior participação da sociedade na formulação das relações exteriores dos países.

Superada estas questões teóricas, o segundo capítulo enfatiza as mudanças na comunicação ao longo da história humana, o que está intimamente relacionado com as novas maneiras de se fazer política que se transformam conforme o avanço das tecnologias da informação. Assim, ressalta-se que, a cada inovação, percebe-se o aumento da influência da opinião pública no processo de tomada de decisão política, tendo em vista que a evolução dos meios de comunicação permite um maior acesso às informações a uma maior parcela da população, que toma conhecimento dos mais diversos assuntos e situações, o que pode culminar na maior abrangência da atuação política no que tange a opinião pública. A evolução das formas de disseminação de informações facilita a relação política e influência sob os usuários, conforme há uma crescente aderência da sociedade à comunidade digital. As formas de exercer poder mudam e surgem novas maneiras de compartilhar informações e influenciar a opinião pública, exercendo o que é chamado de poder simbólico por Thompson (2002), isto

é, o uso dos meios de comunicação como maneira de exercer poder sobre determinada pessoa, grupo ou entidade.

Como foco deste capítulo, a partir da análise da retomada histórica da evolução das tecnologias da informação, é evidenciado que as redes sociais digitais mudam a forma de se relacionar em sociedade e de comunicar-se politicamente. Verifica-se que estas novas plataformas virtuais de comunicação criam um novo espaço para fazer política e para ter contato com os eleitores, de maneira direta, impessoal e mais eficiente que os demais canais de comunicação, uma vez que as redes sociais aparentam possuir caráter independente e autônomo, permitindo a postagem de qualquer assunto por qualquer usuário. Este novo canal de compartilhamento de informações reflete a realidade e supera ela, adquirindo características próprias e permitindo maior organização social quanto a assuntos políticos. Cita-se, de maneira oportuna, o exemplo histórico da Primavera Árabe, na qual a insurreição popular é fomentada e arquitetada principalmente por meio das redes sociais.

As redes sociais, por tanto, se tornam um campo fértil para intensificação do fenômeno de compartilhamento de *fake news*, em especial e dentro do escopo sugerido neste trabalho, as que possuem conteúdo político. Esse fenômeno é reforçado com o advento das redes sociais por uma série de razões que serão destacadas abaixo, conforme também relatado ao longo da dissertação, mas pode-se ressaltar o alcance incomparável das informações postadas nas redes sociais, que transpassam qualquer outra forma de comunicação, englobando maiores distâncias, pessoas, culturas e idiomas. No entanto, ressalta-se, como é verificado na retomada histórica realizada no capítulo, que a disseminação de *fake news* como estratégia política não é novidade e que aqui busca-se entender como esta tem ganhado força significativa para ser capaz de influenciar a política externa com o avanço dos novos meios de comunicação.

Por fim, o terceiro e último capítulo busca contextualizar o fenômeno da disseminação de *fake news* nas redes sociais como estratégia política, com o intuito de exemplificar o processo e como este impacta na formulação e execução de política externa. Nota-se uma crescente tendência de pessoas que passaram a se informar principalmente através das redes sociais, abandonando as notícias veiculadas pelos tradicionais meios de comunicação. Essa propensão se torna perigosa - sobretudo quando se trata de notícias de cunho político - e propicia a intensificação dos efeitos do fenômeno das *fake news* na opinião pública por uma série de fatores.

A fim de melhor elucidar a contemporaneidade deste fenômeno, foi desenvolvido, através de extensa revisão bibliográfica, o entendimento do conceito de *fake news* na nova era

digital e como estas têm sido utilizadas no meio político como ferramenta de legitimação. Define-se então que as notícias falsas são aquelas que possuem o conteúdo alterado intencionalmente, ou seja, tem a narrativa distorcida com o intuito de beneficiar de alguma forma alguém. Destaca-se que as *fake news* possuem características visuais particulares, ao se tratarem de notícias pouco ou nada contextualizadas, curtas e com títulos apelativos, justamente com o objetivo de chamar a atenção dos usuários para o conteúdo falacioso. Ainda, é importante salientar que podem ser encontradas notícias falsas dos mais diversos assuntos, contudo no presente trabalho foram estudadas apenas àquelas de cunho político.

A partir do crescimento e aderência às plataformas digitais, políticos de todas as nações encontraram nestes espaços ferramentas de contato direto e impessoal com seu eleitorado, possibilitando a disseminação mais rápida e em larga escala de informações sem a necessidade de intermediários. As redes sociais se tornaram palco de propagandas, discursos e campanhas políticas, ganhando significativo espaço na estratégia eleitoral. Apesar do uso de notícias falsas como estratégia política em si não se tratar de um evento recente, as redes sociais criaram ambientes propícios para o seu compartilhamento, tendo em vista o aumento exacerbado de informações e, como consequência, da dificuldade de assimilar a veracidade de tudo que é postado. Isso ocorre devido a uma série de fatores descritos ao longo deste trabalho, mas, sobretudo, em razão do aumento dos números de usuários com a popularização das novas mídias digitais. Assim, postagens e publicações podem ser feitas por qualquer um, inclusive anonimamente, dificultando a rastreabilidade e fonte de informação originárias, fomentando a impunibilidade daqueles que as disseminam.

Outro fator importante a ser ressaltado são os algoritmos criados nas redes sociais, que intensificam a bolha de informação individual conforme o interesse do usuário, com o objetivo de manter ele conectado por mais tempo, espalhando mais “likes” e compartilhamentos. No entanto, como é evidenciado, esta ferramenta corrobora com a alienação individual, visto que o usuário passa a ter acesso apenas àquelas informações que ele já demonstrou aprovar, selecionando inconscientemente o tipo de conteúdo que será exposto na sua linha do tempo. Ainda, o comprometimento com a verdade deixa de ser prioridade conforme aumentam os números de visualizações, likes e compartilhamentos, criando uma indústria em torno da disseminação de notícias falsas, cada vez mais capitalizadas.

O fenômeno alcançou tal patamar que autoridades internacionais passaram a buscar medidas capazes de conter seu avanço e influência das *fake news* na política nacional e internacional. Este fato, por exemplo, comprova e permite a inferência de que a disseminação

de notícias falsas tem efeitos significativos, ao ponto de se tornar necessária a criação de legislações e punições àqueles que as disseminem. Isso pode ser explicado sob a perspectiva construtivista de Relações Internacionais, em que indivíduos são capazes de exercer poder no jogo político do Sistema Internacional, através da opinião pública, por exemplo.

Em uma última análise e com o intuito de evidenciar os efeitos de uma política nacional minada por *fake news* na formulação da política externa, é avaliado o cenário político brasileiro, a partir da campanha eleitoral e mandato de Jair Bolsonaro. Neste sentido, pode-se verificar, com as informações observadas, que o aumento da disseminação de notícias falsas via redes sociais - em escala mundial, mas neste caso em específico no Brasil - têm impactado no processo de tomada de decisão de política externa brasileira. Pode-se observar a partir da ascensão do grupo conservador de direita algumas mudanças na formulação e diretrizes da política externa, sobretudo ao priorizar as relações com os EUA (especialmente com o ex-presidente estadunidense Donald Trump) e corroborou para o abandono de papéis exercidos pelo país como porta-voz do grupo de países de Terceiro Mundo e como líder na integração regional latino-americana. Isso ocorreu em parte porque, como foi relatado, o governo Bolsonaro foi marcado por uma série de *fake news* que prejudicaram a relação do país com os demais, ao tentar incessantemente a aproximação das relações com Trump.

Para isso, Bolsonaro utiliza-se do compartilhamento de notícias falsas como forma de manipulação e convencimento da opinião pública, o que lhe dá respaldo para tomada de decisão de política externa - significativamente díspar das tradicionais diretrizes que o país costumava seguir no âmbito do Sistema Internacional. Essa necessidade de apoio nacional, por sua vez, corrobora com a hipótese proposta neste trabalho e comprova a importância de possuir uma opinião pública convergente aos objetivos internacionais para formulação de política externa, ao ponto de se tornar interessante sua manipulação, mesmo que por meio de notícias falsas. Essa escolha e comportamento, no caso brasileiro, trouxeram consequências para as relações exteriores do país, cada vez mais isolado de seus aliados em desenvolvimento e de seus vizinhos regionais. Ambas as situações geram vulnerabilidade do país no ambiente internacional, por exemplo, tanto pela falta de confiança entre os países fronteiriços, que pode se tornar uma ameaça territorial, quanto pela carência de parceiros econômicos com objetivos convergentes, podendo afetar o desempenho e as relações comerciais do país.

Por conseguinte, este trabalho teve por objetivo verificar se o uso das *fake news* como ferramenta política em uma estratégia governamental nacional é capaz de afetar as relações exteriores do país em questão, através do convencimento da opinião pública. Tendo em vista a análise dos conceitos no escopo das Relações Internacionais - sobretudo o entendimento sobre

a relação mútua entre política externa e opinião pública - em conjunto com a retomada histórica realizada desde a evolução dos meios de comunicação na política e a revisão das definições de pontos centrais para o estudo proposto - como redes sociais e *fake news* -, pode-se concluir que a utilização das redes sociais como estratégia política ganha proporções significativas no jogo político internacional, devido à evidência da necessidade de apoio da opinião pública doméstica no processo de tomada de decisão de política externa. Assim, a análise do caso brasileiro sobre a disseminação de *fake news* via redes sociais se torna oportuno ao elucidar a contemporaneidade e emergência deste fenômeno no âmbito das Relações Internacionais, confirmando teses da teoria construtivista, por exemplo, ao observar-se a relevância que indivíduos, através da opinião pública, podem exercer no sistema internacional. Ademais, é evidenciado que o compartilhamento de notícias falsas pelo governo de Jair Bolsonaro se torna fundamental para que haja apoio popular para tomada de decisão de política externa brasileira durante o período do seu mandato.

Ainda, observa-se que se torna necessária a atualização dos estudos na área, uma vez que as constantes mudanças e evoluções tecnológicas culminam na complexificação das relações de poder, sendo cada vez mais distantes as análises de conjuntura internacional baseadas em grandes generalizações e avaliações de fatores isolados.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sonia. Redes Sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 8-19, dez. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1espp8>. Acesso em: 20 out. 2021.
- ALBANUS, Adriana Pilar Ferreira. **Cultura política, política externa e congruência**: uma análise sobre os governos Lula (2003-2010). 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178188>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- ALMEIDA, Valéria Ribeiro da Silva Franklin. **Meios de comunicação e mudanças na política**: esses homens poderosos e suas máquinas de comunicar. 2016. Dissertação (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539215/ALMEIDA_2016?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 jan. 2022.
- ALMEIDA, Raquel de Queiroz. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 70, n. 2, p. 9-12, abril de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000200004>. Acesso em: 29 out. 2021.
- AMORIM, Celso. **Política externa é uma política pública como as demais**. Está sujeita à expressão das urnas. Entrevistadores: Douglas Portari e João Cláudio Garcia. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=%206458. Acesso em: 29 nov. 2021.
- ARAÚJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. **BIBLOS - Revista do Instituto e Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, 25 fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5463>. Acesso em: 9 jan. 2022.
- BOLSONARO comete fake news sobre a Amazônia mais uma vez. **Catraca Livre**, 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-comete-fake-news-sobre-a-amazonia-mais-um-a-vez/>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- BOLSONARO: 'estou melhor em imunização que todo mundo que tomou CoronaVac'. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 16 set. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/16/interna_politica,1306326/bolsonaro-e-stou-melhor-em-imunizacao-que-todo-mundo-que-tomou-coronavac.shtml. Acesso em: 1 mar. 2022.
- BOLSONARO sobre acordo UE-Mercosul: França não aceita que entremos nesse comércio. **Isto É Dinheiro**, [S. l.], 10 jan. 2022. Disponível em:

<https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-sobre-acordo-ue-mercosul-franca-nao-aceita-que-entremos-nesse-comercio/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

BOYD, Danah. **Social network sites: public, private, or what?** 2007. Disponível em: <https://www.danah.org/papers/KnowledgeTree.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BOYD-BARRETT, Oliver. As agências nacionais de notícias na turbulenta era da internet. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, ano 33, n. 57, p. 7-56, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3149>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRAUN, Lucas. Social Media. *In*: BRAUN, Lucas. **Social Media and Public Opinion**. 2012. Dissertação (Mestrado em Universitari en Interculturalitat i Polítiques Comunicatives en la Societat de la Informació) - Universitat de València, Espanha, 2012. p. 75-116. Disponível em: http://mural.uv.es/lubraun/Social-Media-and-Public-Opinion_LucasBraun_2012.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Peter-Burke-Uma-Historia-Social-da-Midia.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARDOSO, Ivelise de Almeida. **Propagação e influência de pós-verdade e fake news na opinião pública**. 2019. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_b29930be7af62008137d7dcd560596ae. Acesso em: 09 fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. *In*: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Acção Política**. Lisboa, 2005. cap. 1, p. 17-30. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 22 out. 2021.

CASTILLO, Sofia Isabel Vizcarra; SANTOS, Débora de Oliveira; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Fake News no contexto da pandemia de COVID-19: considerações a partir da cultura política. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 165-184, jan. 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/15435>. Acesso em: 27 out. 2021.

DIGITAL 2021: the latest insights into the ‘state of digital’. Reino Unido: **We Are Social**, 2021. Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2021/01/digital-2021-the-latest-insights-into-the-state-of-digital/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. Dissertação (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31967>. Acesso em: 11 fev. 2022.

- EGELHOFER, Jana Laura; LECHERER, Sophie. Fake news as a two dimensional phenomenon: a framework and research agenda. **Annals of the International Communication Association**, Reino Unido, v. 43, p. 97-116, 09 abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23808985.2019.1602782>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- EM NOVA PROVOCAÇÃO à China, Bolsonaro volta a insinuar que o coronavírus pode ter ‘nascido em laboratório’. CartaCapital, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-nova-provocacao-a-china-bolsonaro-volta-a-insinuar-que-o-coronavirus-pode-ter-nascido-em-laboratorio/>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- FAKE NEWS. In: **Dicionário Online de Português**. Brasil: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fake-news/>. Acesso em: 27 out, 2021.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2008, v. 51, n. 2, p. 80-97. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000200006>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- FARIAS, Luiz Alberto de; CARDOSO, Ivelise; OLIVEIRA, Paulo Roberto Nassar de. Comunicação, opinião pública e os impactos da revolução digital na era da pós-verdade e fake news. **Organicom**, São Paulo, n. 34, p. 71-81, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/176133>. Acesso em: 09 fev. 2022.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. O que é política externa? Análise de Política Externa e as Teorias de Relações Internacionais. In: *Introdução à Análise de Política Externa*. São Paulo: **Editora Saraiva**, 2011. v. 1, cap. 1, p. 3-18.
- FOREIGN POLICY. In: *Cambridge Dictionary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/foreign-policy>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- GALINARI, Tiago Nogueira. A “Guinada à direita” e a nova política externa brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, ed. Número Especial 2, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20685>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- GOMES, Pedro Henrique. Embaixada da China repudia postagem que Eduardo Bolsonaro publicou e depois apagou. **G1**, Brasília, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/24/embaixada-da-china-repudia-postagem-que-eduardo-bolsonaro-publicou-e-depois-apagou.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- GONÇALVES, Géssica Brandino. Portugueses nem pisaram na África, diz Bolsonaro sobre escravidão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- HIRABAHASI, Gabriel. PF diz que Bolsonaro teve atuação direta em fake news sobre urnas eletrônicas. **CNN**, Brasília, 16 dez. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pf-diz-que-bolsonaro-teve-atuacao-direta-em-fake-news-sobre-urnas-eletronicas/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

HOLSTI, Olavi Rudolf. Public Opinion and Foreign Policy: Challenges to the Almond-Lippmann Consensus. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 36, p. 439–466, dez. 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600734>. Acesso em: 30 nov. 2021.

HOMEM, Bruno Rossi Barbieri. **A tecnologia como ferramenta de dominação internacional**: “as novas redes sociais e a construção da opinião pública: o caso da Primavera Árabe”. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Acesso em: 20 out. 2021.

HOWLETT, Michael. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 167-186, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762000000200001>. Acesso em: 7 dez. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet. **DATASENADO**, Brasília, nov. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria/publicacoes-ouvidoria/redes-sociais-noticias-falsas-e-privacidade-de-dados-na-internet>. Acesso em: 1 mar. 2022.

KAPLAN, Andreas; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. **Business Horizons**, Indiana, v. 53, p. 59-68, Feb. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0007681309001232>. Acesso em: 22 out. 2021.

KEOHANE, Robert; NYE; Joseph. Power and Interdependence in the Information Age. **Foreign Affairs**, p. 81-94, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/20049052>. Acesso em: 21 nov. 2021.

LIMA, Maria Regina Soares. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 265-303, jul./dez. 2000. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

MARINUCCI, Raquel Boing. Relações internacionais e mídia. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/836>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>. Acesso em: 20 out. 2021.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que não há 'sequer um hectare de selva devastada' na Amazônia. **G1**, Brasília, 22 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/bolsonaro-diz-que-nao-ha-sequer-um-hectare-de-selva-devastada-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MENESES, João Paulo. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news. **Oberservatorio**, Lisboa, p. 37-53, 2018. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1376>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, jan.-jun 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 365-399. Disponível em: <https://joaofabiobertonha.files.wordpress.com/2019/08/por-uma-histc393ria-polc38dtica.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano**: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: UNESP, 2002. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/O_paradoxo_do_poder_americano/2Q_sI0ulYvIC?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 25 out. 2021

OLIVEIRA, Rafael de. **A mídia como ator emergente das relações internacionais**: seu protagonismo no uso do Soft Power frente aos desafios das mudanças climáticas. 2010. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94242/284318.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

PAULA, Lorena Tavares de; SILVA, Thiago dos Reis Soares da; BLANCO, Yuri Augusto. Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake news. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/16764>. Acesso em: 28 out. 2021.

PESQUISA aponta que 79% dos brasileiros se informam pelo Whatsapp. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 dez. 2019, p. 1-2. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/jornalcomtecnologia/pesquisa-aponta-que-79-dos-brasileiros-se-informam-pelo-whatsapp-1.385866>. Acesso em: 17 jan. 2022.

PEW RESEARCH CENTER. About 6-in-10 Americans get news from social media. **News Use Across Social Media Platforms 2016**, 25 maio 2016. Disponível em: https://www.pewresearch.org/journalism/2016/05/26/news-use-across-social-media-platforms-2016/pj_2016-05-26_social-media-and-news_0-01/. Acesso em: 17 jan. 2022.

PICCININ, Fabiana; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; CASTILLO, Sofia Vizcarra. Fake News nas eleições: notas sobre a crise de confiança e a cultura política brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MUDIATIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS, 3., São Leopoldo, 2019. **Anais [...]**. São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-artigos/article/view/269>. Acesso em: 27 mar. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosane. Sinofobia já é um fenômeno global. **El País**, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-06-27/sinofobia-ja-e-um-fenomeno-global.html>. Acesso em 09 abr. 2022.

POZOBON; Rejane de Oliveira; KEGLER, Bruno. Fake news, pós-verdade e os limites (ou desafios) da opinião pública na sociedade da plataforma. **Organicom**, São Paulo, v. 17, n. 34 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/170515>. Acesso em: 09 fev. 2022.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>. Acesso em: 15 out. 2021.

REDE SOCIAL. *In*: Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2021. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/rede+social>. Acesso em: 20 mar. 2021.

REUTERS INSTITUTE. University of Oxford. **Reuters Institute Digital News Report 2020**. Oxford, 2020. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2021>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ROTHIER, Bianca; MAZUI, Guilherme. Na Hungria, Bolsonaro divulga informação falsa sobre Amazônia e diz que Brasil não destrói floresta. **G1**, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/17/na-hungria-bolsonaro-divulga-informacoes-falsas-sobre-amazonia-e-diz-que-o-brasil-nao-destroi-a-floresta.ghtml>. Acesso em: 2 mar. 2022

RUIVO, Mariana Maia. **Opinião pública e política externa**: criação de uma tipologia brasileira. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-31072015-163443/pt-br.php>. Acesso em: 19 dez. 2021

SALOMÓN, Monica; PINHEIRO, Leticia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. Bras. Polít. Int.**, p. 40-59, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SCHUTTE, Giorgio Romano; FONSECA, Bruno Castro Dias da; CARNEIRO, Gabriel Santos. Jogo de dois níveis voltado ao eleitorado: uma análise da política externa bolsonarista. **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 97-116, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/69854/39896>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVERMAN, Craig *et al.* Hyperpartisan Facebook pages are publishing false and misleading information at an alarming rate. **Buzzfeed News**, 2016. Disponível em: www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/partisan-fb-pages-analysis. Acesso em: 29 fev. 2022.

SOUSA, João Henrique; PETROLL, Martin de la Martiniere; ROCHA, Rudimar Antunes da Rocha. Fake News e o Comportamento Online dos Eleitores nas Redes Sociais durante a Campanha Presidencial Brasileira de 2018. *In: XXII SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais [...]*. São Paulo, nov. 2019. Disponível em: <https://login.semead.com.br/22semead/anais/arquivos/501.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e subáreas. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SOUZA, Osvaldo Quirino de. As tarefas da política externa na ordem constitucional brasileira. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 34-59, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n2.50751>. Acesso em: 29 nov. 2021.

STEFANONI, Pablo. Biblia, buey y bala... recargados. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 278, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/biblia-buey-y-bala-ola-conservadora-brasil-bolsonaro-stefanoni/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/images/john_b._thompson_-_a_midia_e_a_modernidade_uma_teoriasocial_da_midia-vozes_1998.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

VALENTE, Jonas. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. **Comunicação Pública**, Lisboa, v. 14, n. 27, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cp.5262>. Acesso em: 20 out. 2022.

VASCONCELOS, Fernando Antônio de; BRANDÃO, Fernanda Holanda Vasconcelos. As Redes Sociais e a Evolução da Informação no Século XXI. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 4, n. 7, p. 125-144, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/225#:~:text=Resumo,coletivas%20e%20as%20redes%20sociais>. Acesso em: 25 jan. 2022.

WARDLE, Claire; DERAKSHAN, Hossein. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe report DGI (2017)09**, Estrasburgo, p. 10-41, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 31 jan. 2022

WERNER, Laura. Ódio e preconceito contra asiáticos crescem no Brasil e nos EUA. **Projeto Colabora**, 2020. Disponível em: <https://projctocolabora.com.br/ods3/cresce-o-odio-contra-asiaticos/>. Acesso em: 09 abr. 2022.